



Demonstrações financeiras

individuais

e consolidadas

31 de dezembro
de 2025



Conteúdo

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	3
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	5
1 INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA	16
2 BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	16
3 JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS	37
4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	39
5 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	39
6 PARTES RELACIONADAS	40
7 ESTOQUES	42
8 TRIBUTOS A RECUPERAR / IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A COMPENSAR	42
9 IMOBILIZADO	43
10 INTANGÍVEL	46
11 INVESTIMENTOS	47
12 FORNECEDORES	49
13 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	50
14 DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO	52
15 PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	54
16 PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	56
17 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	57
18 CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA	58
19 RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO	59
20 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	59
21 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO	61
22 SEGUROS (NÃO AUDITADO)	66
23 EVENTOS SUBSEQUENTES	66

Mensagem da Administração

Durante o exercício de 2025, o setor petroquímico global seguiu desafiado por um ambiente de elevada volatilidade, marcado pelo aumento dos custos de fretes marítimos e por impactos decorrentes de conflitos geopolíticos que afetaram o fluxo comercial internacional e a formação de preços, especialmente nos mercados asiáticos. Também se destacam a oscilação do dólar norte americano, principal indexador das commodities utilizadas na indústria petroquímica que variou de forma negativa afetando os resultados da Companhia.

Esse cenário, embora desafiador, também gerou oportunidades para a Companhia. A redução do volume de produtos importados contribuiu para o fortalecimento da competitividade da indústria nacional, ao passo que o aumento das alíquotas de importação para determinados itens estratégicos ofereceu uma camada adicional de proteção em um contexto de competição intensa e, em alguns casos, predatória.

No mercado interno, o desempenho positivo de segmentos relevantes, como a construção civil, apoiou a demanda por produtos da Companhia e contribuiu para a sustentação dos resultados ao longo do ano. Por outro lado, a manutenção das taxas de juros em patamares elevados e a maior seletividade no acesso ao crédito exigiram atenção constante da Administração, reforçando a importância de decisões estratégicas prudentes e da disciplina na gestão financeira.

Ao longo de 2025, a Companhia manteve seu foco na eficiência operacional, na sustentabilidade e no fortalecimento de sua estrutura organizacional, destacando-se os avanços nas iniciativas de eficiência energética.

O fortalecimento dos sistemas informatizados contribuiu para ganhos de agilidade, confiabilidade e controle nas operações, enquanto a integração logística resultou em otimizações importantes na cadeia de suprimentos. Paralelamente, o lançamento de novos produtos permitiu a ampliação do portfólio e a diversificação das fontes de receita, reforçando a capacidade da Companhia de atender às demandas de seus clientes e de se adaptar às dinâmicas do mercado.

Essas iniciativas refletem o compromisso da Companhia com a condução responsável de seus negócios, o fortalecimento de sua posição competitiva e a criação de bases sólidas para a sustentabilidade e continuidade de suas operações no longo prazo.

Os destaques financeiros e operacionais são apresentados a seguir:

A receita líquida de vendas da Companhia se manteve em linha em relação ao exercício anterior, sendo R\$ 1.892.145 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 1.771.225 em 31 de dezembro de 2024). Em relação a quantidade comercializada, ocorreu redução de 2% em relação ao exercício anterior, sendo 412.202 Toneladas em 31 de dezembro de 2025 (418.902 Toneladas em 31 de dezembro de 2024), ocasionado pelas paradas programadas das unidades de Sulfúrico, Ftálico e Maleico.

O EBITDA teve redução de 2% em relação ao exercício anterior, sendo o total em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 155.963 (R\$ 159.595 em 31 de dezembro de 2024).

A Companhia realizou diversos investimentos durante o exercício de 2025 com destaque para:

Duplicação da Linha C – Realizado na planta de Várzea Paulista - SP, onde foram incorridos desembolsos na ordem de R\$ 2.691 na ampliação da unidade de plastificantes com a construção de um novo reator, cujo objetivo é o aumento de capacidade produtiva na linha verde (vegetais), estimado em 10,5 quilotoneladas. Este projeto tem conclusão prevista para o 2º semestre de 2026.

Reforma de galerias de águas pluviais – Realizado na planta de Várzea Paulista – SP, onde foram incorridos desembolsos na ordem de R\$ 2.033 referentes ao projeto de reforma parcial das galerias pluviais. Este projeto teve como objetivo a substituição dos dutos de concreto das unidades de ácido sulfúrico e ftálico por tubulação de Polietileno de Alta Densidade (“PEAD”).

Projeto Atacama – Realizado na planta de Várzea Paulista – SP, onde foram incorridos desembolsos na ordem de R\$ 1.613 referentes a instalação de captação de correntes orgânicas com objetivo de eliminar correntes fugitivas efluentes para o canal lateral da planta reduzindo eventuais impactos ambientais.

Projeto Sistema de Osmose - O projeto de instalação de sistema de osmose reversa, em que foram incorridos desembolsos na ordem de R\$ 1.229 teve como objetivo o aumento da disponibilidade e produção de água desmineralizada da planta de Várzea Paulista – SP.

A Companhia faz parte da holding Dofra Participações Ltda., a qual detém 100% de participação.

A Administração agradece aos sócios pela confiança depositada na Companhia, aos colaboradores, clientes e fornecedores, pela dedicação e competência essenciais para o alcance dos resultados no exercício.

Desempenho financeiro

O **EBITDA** ajustado recorrente da Elekeiroz é apresentado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Reconciliação do LAJIDA (a) (EBITDA)		
Prejuízo do exercício	(31.911)	(22.510)
Depreciações e amortizações	57.102	60.638
Resultado financeiro, líquido	165.038	102.626
Imposto de renda e contribuição social	(10.878)	(572)
LAJIDA (a) (EBITDA)	179.351	140.182
Itens que não compõe o desempenho orgânico:		
(-) Venda de créditos tributários (b)	-	(16.074)
(-) Acordos com antigos controladores (c)	(1.057)	32.020
(-) Habilitação de crédito tributário (d)	(4.867)	(1.065)
(+) Alienação / (-) Cessão de investimentos (e)	(8.151)	4.532
(+) Provisão <i>impairment</i> – Maleico (f)	9.650	-
(-) Reversão <i>impairment</i> – Álcoois (f)	(18.963)	-
LAJIDA (a) (EBITDA) ajustado	155.963	159.595

(a) LAJIDA: lucro antes juros, impostos, depreciação e amortização; e *EBITDA*: *Earnings before interest, tax, depreciation and amortization* (não é uma métrica contábil).

(b) Refere-se a vendas de créditos tributários da esfera estadual que a Companhia realizou em 2024 no montante de R\$ 16.074;

(c) Foi registrado durante o exercício de 2025 o montante de R\$ 1.057 referente a acordos com antigos controladores (R\$ 32.020 durante o exercício de 2024);

(d) Refere-se à habilitação de créditos tributários federais no valor de R\$ 4.867 durante o exercício de 2025 (R\$ 1.065 durante o exercício de 2024);

(e) Refere-se à alienação da participação societária da Cetrel S.A. no montante de R\$ 8.151 durante o exercício de 2025 (R\$ 4.532 referente a baixa da participação societária na Nexoleum durante o exercício de 2024); e

(f) Durante o exercício de 2025 a Administração realizou teste do valor recuperável do ativo imobilizado identificando uma necessidade de estorno integral dos saldos históricos reconhecidos da unidade de Álcoois no montante de R\$ 18.963 e constituição na unidade de Maleico no montante de R\$ 9.650.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí
Edifício Dahruj Tower
13024-001 - Campinas/SP - Brasil
Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil
Telefone +55 (19) 3198-6000
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas da Elekeiroz S.A.

Guarulhos - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Elekeiroz S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Elekeiroz S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de Receita

Veja as Notas 2.18 e 17 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia reconhece suas receitas quando a obrigação de desempenho é satisfeita e possua evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. Considerando o volume de transações envolvidas e logística de entrega aos clientes, pode haver intervalo de tempo entre o período de emissão das notas fiscais de vendas dos produtos e o período efetivo da transferência do controle dos produtos vendidos aos clientes da Companhia. O eventual reconhecimento de receita fora de seu período correto de competência, decorrente de produtos faturados mas não entregues até 31 de dezembro de 2025, foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista os riscos de que uma receita seja reconhecida antes da transferência dos riscos e benefícios para a contraparte e do cumprimento da obrigação de desempenho.	- Entendimento dos fluxos e processos de vendas, testes do desenho e implementação do controle de reconhecimento de receita em especial aqueles relacionados com a determinação do momento em que a Companhia transfere o controle dos produtos vendidos para os clientes, notadamente no período de corte; - Em base amostral, realizamos a inspeção de notas fiscais e confrontamos com os respectivos comprovantes de entrega assinados pelos clientes como evidência dos critérios adotados pela Companhia para a determinação do momento adequado em que o controle é transferido e a receita reconhecida de acordo com a documentação suporte, bem como confrontamos os controles preparados pela Companhia com os registros contábeis no fechamento do exercício. - Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que a mensuração da receita é aceitável no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de *IFRS Accounting Standards*, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 31 de janeiro de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027612/F



Rodrigo Ferreira Silva
Contador CRC RJ-115537/O-9

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.562	165.217	7.562	165.217
Contas a receber de clientes	5	176.912	134.956	176.912	134.956
Contas a receber - Partes relacionadas	6	6.218	9.454	6.218	9.454
Estoques	7	350.768	296.796	350.768	296.796
Tributos a recuperar	8	51.063	48.123	51.063	48.123
Imposto de renda e contribuição social	8	1.952	1.077	1.952	1.077
Outros ativos		33.070	10.869	33.070	10.869
Total do ativo circulante		627.545	666.492	627.545	666.492
Não circulante					
Depósitos judiciais	15	7.319	7.161	7.319	7.161
Tributos a recuperar	8	50.390	49.597	50.390	49.597
Imposto de renda e contribuição social diferido	20	75.929	66.362	75.929	66.362
Outros ativos		1.579	2.278	1.579	2.278
Imobilizado	9	325.104	311.649	325.104	311.649
Intangível	10	251.537	256.010	251.337	256.010
Investimentos	11	-	1.607	-	1.607
Direito de uso	14	13.186	2.589	13.186	2.589
Total do ativo não circulante		725.044	697.253	725.044	697.253
Total do ativo		1.352.589	1.363.745	1.352.589	1.363.745

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Passivo e passivo a descoberto (patrimônio líquido)	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante					
Fornecedores	12	214.014	265.212	214.014	265.212
Contas a pagar - Partes relacionadas	6	91.359	201.836	91.359	201.836
Mútuos - Partes relacionadas	6	-	5.511	-	5.511
Adiantamentos de clientes		1.905	502	1.905	502
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	203.869	104.204	203.869	104.204
Instrumentos financeiros derivativos		545	-	545	-
Obrigações sociais e trabalhistas		22.742	22.460	22.742	22.460
Obrigações tributárias		2.363	3.566	2.363	3.566
Passivo de arrendamento	14	2.670	429	2.670	429
Outros passivos		15.094	4.950	15.094	4.950
Total do passivo circulante		554.561	608.670	554.561	608.670
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	541.022	661.835	541.022	661.835
Obrigações tributárias		5.015	6.117	5.015	6.117
Mútuos - Partes relacionadas	6	250.067	50.000	250.067	50.000
Passivo de arrendamento	14	11.094	2.205	11.094	2.205
Provisões para contingências	15	21.308	34.169	21.308	34.169
Outros passivos		7.706	9.568	7.706	9.568
Total do passivo não circulante		836.212	763.894	836.212	763.894
Total do passivo		1.390.773	1.372.564	1.390.773	1.372.564
Passivo a descoberto (patrimônio líquido)	16				
Capital social		50.107	49.000	50.107	49.000
Outros resultados abrangentes		-	(2.546)	-	(2.546)
Prejuízos acumulados		(88.291)	(55.273)	(88.291)	(55.273)
Total do passivo a descoberto (patrimônio líquido)		(38.184)	(8.819)	(38.184)	(8.819)
Total do passivo e passivo a descoberto (patrimônio líquido)		1.352.589	1.363.745	1.352.589	1.363.745

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	17	1.892.145	1.771.225	1.892.145	1.771.225
Custo dos produtos vendidos	18	(1.672.660)	(1.545.876)	(1.672.660)	(1.545.888)
Lucro bruto		219.485	225.349	219.485	225.337
Despesas gerais e administrativas	18	(59.808)	(53.800)	(59.808)	(54.350)
Despesas comerciais	18	(57.644)	(52.895)	(57.644)	(52.895)
Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa (PECLD)	18	1.392	(1.760)	1.392	(1.250)
Outras receitas (despesas), líquidas	18	18.824	(37.042)	18.824	(37.298)
Resultado de equivalência patrimonial	11	-	(220)	-	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos		122.249	79.632	122.249	79.544
Receitas financeiras	19	13.655	31.228	13.655	31.317
Despesas financeiras	19	(178.693)	(133.942)	(178.693)	(133.943)
Resultado financeiro		(165.038)	(102.714)	(165.038)	(102.626)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(42.789)	(23.082)	(42.789)	(23.082)
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	20	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	20	10.878	572	10.878	572
Prejuízo do exercício		(31.911)	(22.510)	(31.911)	(22.510)
Prejuízo por ação - R\$					
Básico e diluído	16	(1,02)	(0,72)	(1,02)	(0,72)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Elekeiroz S.A

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do exercício	(31.911)	(22.510)	(31.911)	(22.510)
Outros resultados abrangentes (ORA)				
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado				
Valor justo de ativos financeiros	-	(3.857)	-	(3.857)
Tributos diferidos	-	1.311	-	1.311
Total do resultado abrangente do exercício	(31.911)	(25.056)	(31.911)	(25.056)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Elekeiroz S.A

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Reservas de capital				Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Incentivos fiscais	Opções outorgadas	Ações em tesouraria			
Em 31 de dezembro de 2023	49.000	-	-	-	(2.842)	(32.763)	13.395
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(22.510)	(22.510)
Outros resultados abrangentes							
Ajuste a valor justo	-	-	-	-	449	-	449
Tributos diferidos sobre valor justo	-	-	-	-	(153)	-	(153)
Em 31 de dezembro de 2024	49.000	-	-	-	(2.546)	(55.273)	(8.819)
Em 31 de dezembro de 2024	49.000	-	-	-	(2.546)	(55.273)	(8.819)
Prejuízo do exercício						(31.911)	(31.911)
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	1.107	-	-	-	(1.107)	-
Aumento de Capital Social (a)	1.107	(1.107)	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes							
Ajuste a valor justo	-	-	-	-	3.857	-	3.857
Tributos diferidos sobre valor justo	-	-	-	-	(1.311)	-	(1.311)
Em 31 de dezembro de 2025	50.107	-	-	-	-	(88.291)	(38.184)

(a) Decorrente de recursos do reinvestimento do ano calendário de 2022, registrados na conta de Reserva de Incentivos Fiscais, conforme comprovação da regularidade de aplicação dos recursos liberados para o projeto de complementação de equipamento da Companhia, originados do benefício fiscal de "redução de reinvestimento" de 30% do IRPJ devido.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		(42.789)	(23.082)	(42.789)	(23.082)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social					
Ajustes para reconciliação do resultado:					
Provisões de juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos	19	128.961	105.135	128.961	105.135
Provisões (receitas) de juros sobre mútuos	19	14.583	5.484	14.583	5.484
Provisões para contingências	18	(6.178)	(2.802)	(6.178)	(2.802)
Depreciação e amortização	18	57.102	60.639	57.102	60.639
Baixas (reversões) de ativo imobilizado/intangível	9/10	973	45	973	3.041
Perda por redução ao valor recuperável de imobilizado e intangível	10	(9.285)	-	(9.285)	-
Variação cambial líquidas, não realizadas	19	7.796	(9.762)	7.796	(9.762)
Provisão para perdas de crédito esperadas	18	(1.392)	(1.250)	(1.392)	(1.760)
Perda por redução ao valor recuperável dos estoques	18	(3.284)	3.770	(3.284)	3.770
Provisão para PLR e Bônus		7.129	9.608	7.129	9.608
Perda (ganho) com derivativos		1.377	-	1.377	-
Outros ajustes para reconciliação do resultado		(4.204)	14.523	(4.204)	10.447
Resultado de equivalência patrimonial	11	-	220	-	-
		150.789	162.528	150.789	160.718
Variações de ativos e passivos:					
Contas a receber de clientes		(33.301)	(7.281)	(33.301)	(6.771)
Contas a receber de partes relacionadas		3.236	28	3.236	28
Estoques		(50.688)	(88.401)	(50.688)	(88.401)
Tributos a recuperar		(4.608)	11.822	(4.608)	13.176
Outros ativos		(21.502)	(2.340)	(21.502)	(2.472)
Depósitos judiciais		(158)	2.698	(158)	2.698
Fornecedores		(53.263)	83.903	(53.263)	83.902
Contas a pagar – Partes relacionadas		(110.477)	189.713	(110.477)	189.713
Obrigações sociais e trabalhistas		(6.847)	825	(6.847)	825
Obrigações tributárias		(2.305)	4.572	(2.305)	4.570
Outros passivos		8.763	(14.309)	8.763	(14.297)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) operações		(120.361)	343.758	(120.361)	343.689
Juros pagos	13	(123.532)	(100.557)	(123.532)	(100.557)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(243.894)	243.201	(243.894)	243.132
Fluxo de caixa das atividades de investimento:					
Aquisições de imobilizado e intangível	9/10	(61.374)	(54.263)	(61.374)	(54.262)
Aplicações (resgates) em títulos e valores mobiliários		-	2.873	-	2.873
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		(61.374)	(51.390)	(61.374)	(51.389)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:					
Empréstimos, financiamentos e debêntures – Captações	13	150.000	-	150.000	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures – Amortizações	13	(179.399)	(123.750)	(179.399)	(123.750)
Instrumentos Financeiros Derivativos - Amortizações		(833)	-	(833)	-
Arrendamento mercantil - Amortizações	14	(2.156)	(215)	(2.156)	(215)
Mútuos com partes relacionadas – Captações	6	180.000	50.027	180.000	50.027
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		147.612	(73.938)	147.612	(73.938)
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa		(157.655)	117.873	(157.655)	117.805
Caixa e equivalente de caixa no início do período		165.217	47.344	165.217	47.412
Caixa e equivalente de caixa no final do período		7.562	165.217	7.562	165.217
Aumento líquido (redução) no caixa e equivalente de caixa		(157.655)	117.873	(157.655)	117.805
Transações que não impactam o caixa:					
Imposto de renda e contribuição social diferido		1.311	420	1.311	420
Aumento de capital		1.107	-	1.107	-
Outros resultados abrangentes		-	450	-	450
Novos contratos e remensurações de arrendamento mercantil		12.780	2.682	12.780	2.682

(a) As normas contábeis requerem que fluxos de caixa de juros e dividendos recebidos e pagos sejam divulgados separadamente. A Administração da Companhia elegeu política contábil, a ser aplicada de forma consistente, para classificar os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento, e juros e dividendos recebidos como atividades de investimento.

Elekeiroz S.A

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita de contratos com clientes					
Receita bruta (incluindo devoluções)	17	2.323.394	2.181.663	2.323.394	2.181.663
Outras receitas		7.494	(11.364)	7.494	(11.988)
Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa (PECLD)	18	1.392	(1.760)	1.392	(1.760)
		2.332.280	2.168.539	2.332.280	2.167.915
Insumos adquiridos de terceiros					
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(736.222)	(1.872.875)	(736.222)	(1.872.875)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais		(1.274.680)	(18.806)	(1.274.680)	(17.967)
Outras despesas (receitas)		(1.859)	27.444	(1.859)	26.933
		(2.012.761)	(1.864.237)	(2.012.761)	(1.863.909)
Valor adicionado bruto gerado pela Companhia					
		319.519	304.302	319.519	304.006
Retenções					
Perda e recuperação de valores ativos		9.313	-	9.313	-
Depreciação e amortização	18	(57.090)	(60.638)	(57.090)	(60.638)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia					
		271.742	243.664	271.742	243.368
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	11	-	(220)	-	-
Receitas financeiras	19	13.123	30.829	13.123	30.918
Outras transferências recebidas	19	532	399	532	399
		13.655	31.008	13.655	31.317
Valor adicionado recebido em transferência					
		285.397	274.672	285.397	274.685
Distribuição do valor adicionado					
Empregados					
		94.195	86.690	94.195	86.701
Remuneração direta		71.517	65.002	71.517	65.002
F.G.T.S.		5.210	5.233	5.210	5.233
Benefícios		17.468	16.455	17.468	16.455
Tributos					
		43.080	76.638	43.080	76.639
Federais		33.507	40.096	33.507	40.096
Estaduais		5.821	33.652	5.821	33.652
Municipais		3.752	2.890	3.752	2.891
Remuneração de capitais de terceiros					
		180.033	133.854	180.033	133.855
Juros		159.780	122.553	159.780	122.553
Aluguéis		2.563	1.287	2.563	1.287
Outras despesas financeiras		17.690	10.014	17.690	10.015
Remuneração de capitais próprios					
		(31.911)	(22.510)	(31.911)	(22.510)
Lucros (prejuízos) retidos		(31.911)	(22.510)	(31.911)	(22.510)
Valor adicionado distribuído					
		285.397	274.672	285.397	274.685

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1 Informações sobre a Companhia

A Elekeiroz S.A. (“Elekeiroz” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado desde 1 de julho de 2020, quando deixou de ter ações de sua emissão listadas para negociação na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ou qualquer outro mercado organizado, com sede na cidade de Várzea Paulista, estado de São Paulo, na rua Doutor Edgardo de Azevedo Soares nº 392, Jardim Paulista.

A Companhia tem como principais atividades: industrialização e comercialização de produtos químicos e petroquímicos em geral, inclusive a revenda de tais produtos adquiridos de terceiros, importação e exportação, bem como, a participação em outras sociedades.

Os produtos fabricados pela Companhia são destinados fundamentalmente para o setor industrial, especialmente, construção civil, vestuário, automotivo, alimentício, entre outros.

A Companhia dispõe de unidades administrativas e industriais apresentadas a seguir:

Unidade	Tipo	Cidade	Estado	Atividade
Várzea Paulista	Matriz	Várzea Paulista	São Paulo	Industrial
Lapa	Filial	São Paulo	São Paulo	Administrativo
Camaçari (João Ursulo - Álcoois)	Filial	Camaçari	Bahia	Industrial
Camaçari (Rua Hidrogênio – PGE)	Filial	Camaçari	Bahia	Industrial

A Companhia é controlada pela Dofra Participações Ltda. e pertence ao Grupo Oswaldo Cruz Química (“**Grupo OCQ**”), uma das maiores plataformas de impulsionamento de Companhias do setor químico da América Latina.

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e de acordo com as normas e pronunciamentos contábeis do *International Financial Reporting Standards* (“IFRS - Accounting Standards”), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 30 de janeiro de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia preparou as demonstrações financeiras individuais e consolidadas partindo do pressuposto de continuidade operacional.

Divulgações voluntárias

A Companhia optou por realizar nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas a divulgação de determinadas informações de forma voluntária com finalidade de aumentar o grau de comparabilidade e melhor tomada de decisão de seus usuários internos e externos. A seguir são apresentadas as divulgações voluntárias contidas nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2.2 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025 e 2024 ("Grupo"). O controle obtido quando a Companhia estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores da Companhia, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo Companhia, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Base de consolidação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem:

Controladas diretas

Razão social	Principal atividade	País-sede	% de participação	
			31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Nexoleum Bioderivados S.A. (a)	Industrialização e comercialização de produtos químicos e petroquímicos em geral.	Brasil	-	-

(a) Em 2 de agosto de 2024, a Companhia assinou “Contrato de Compra e Venda de Ações” no qual realizou cessão de 100% das ações detidas na investida Nexoleum para parte relacionada do Grupo. Maiores detalhes estão apresentados em nota explicativa nº 11 – Investimentos.

Controladora da Companhia

A Dofra Participações Ltda. é a controladora do Grupo OCQ, sediada no Brasil e possui capital 100% pertencente a pessoas físicas residentes no Brasil.

Transações eliminadas na Consolidação

Saldos e transações entre Companhias da Grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre estas Companhias, são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

2.3 Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das demonstrações contábeis

(a) Transações e saldos em moeda estrangeira

Transações e saldos em moeda estrangeira são convertidos para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado como receitas ou despesas financeiras.

(b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

2.5 Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos e são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais e juros, quando aplicável. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa ("PECLD" ou "*impairment*").

2.6 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método do custo médio ponderado móvel. O custo dos produtos acabados compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e indiretos relacionados com a produção (com base na capacidade operacional normal). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

As políticas contábeis de provisão para perdas, giro lento e garantia relacionadas aos saldos de estoques estão divulgadas na Nota explicativa nº 3 – Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.

2.7 Outros ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, variações monetárias e cambiais auferidos, ajustados a valor presente quando pertinente. Depósitos judiciais referem-se a quantias depositadas e mantidas em juízo até a resolução das questões legais relacionadas e estão mensurados pelo custo amortizado. Nos casos em que há provisão para contingências, elas são apresentadas deduzidas dos respectivos depósitos judiciais.

2.8 Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado por seu custo de aquisição ou construção. A depreciação dos itens do imobilizado está sendo calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens, revisada anualmente ao final de cada exercício. Os gastos incorridos com manutenção são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência.

Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de depreciação conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

A depreciação é calculada pelo método linear a taxas compatíveis com o prazo de vida útil dos bens. Para os equipamentos e instalações utilizados diretamente no processo produtivo é utilizado o método das unidades produzidas levando em consideração a vida útil econômica dos bens.

A vida útil estimada dos bens é revisada anualmente e, se necessário, ajustada.

As médias estimadas dos itens do imobilizado por categoria estão demonstradas abaixo para os exercícios de 2025 e 2024:

	Depreciação em anos
Construções	25
Equipamentos e instalações	3 a 20 (em média 5) (*)
Equipamentos de processamento de dados	5
Móveis e utensílios	10
Veículos / Caminhões	5-15
Terrenos (**)	Não depreciados (**)
Aeronaves	10

(*) A depreciação dos equipamentos e instalações industriais é variável em função dos volumes de produção, com as taxas médias entre 5% a 20% ao ano.

(**) Exceto pela depreciação da mais-valia contida em terrenos contabilizados na aquisição da Elekeiroz S.A..

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados, caso seja apropriado.

2.9 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida

útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

A seguir é apresentado quadro em 31 de dezembro de 2025 e 2024 contendo a taxa de amortização aplicada nos ativos intangíveis de vida útil definida:

Grupo do ativo intangível	Amortização em anos
Softwares adquiridos de terceiros	5
Direitos de exclusividade de patente	6
Desenvolvimentos internos de tecnologia da informação	3
Marcas registradas e licenças	5
Relacionamento com clientes	21
Acordo de não solicitação	5

2.10 Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Grupo como arrendatário

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direitos de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo:

	Depreciação em anos
Veículos / Caminhões	5

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota explicativa nº 2.11 – Redução ao valor recuperável (*impairment*).

Passivo de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos, menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Taxa de desconto

A Companhia identificou e adotou a taxa incremental para cada contrato de arrendamento.

Para os novos contratos, renovações e aditamentos serão mantidos os critérios. A taxa real incremental utilizada para os cálculos é apresentada a seguir:

	Taxa incremental (%)
Em 31 de dezembro de 2025	16,03
Em 31 de dezembro de 2024	14,27

Grupo como arrendador

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não realizou transações em que foi classificado como arrendador.

2.11 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(c) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e

- Ativos de contrato.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias; e
- Existir um indicativo objetivo que o crédito não será recuperado antes dos 90 dias.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos aa Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber), baseados na matriz de risco. Maiores detalhes estão evidenciados em Nota explicativa nº 3 – Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; ou
- Probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os

ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(d) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

2.12 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

Risco sacado

A Companhia realiza aquisições de matérias-primas e outros insumos em condições comerciais usuais de mercado, que podem incluir a possibilidade de antecipação de recebíveis por parte dos fornecedores junto a instituições financeiras. Tais operações, conhecidas como risco sacado, são oferecidas pelos próprios fornecedores a todos os seus clientes e visam proporcionar flexibilidade financeira a esses fornecedores, sem alteração das condições pactuadas com a Companhia.

Essas operações não modificam prazos, valores ou demais condições originalmente estabelecidas nos contratos de fornecimento, e não envolvem qualquer obrigação adicional da Companhia perante as instituições financeiras. Dessa forma, os respectivos saldos permanecem classificados no passivo como “Fornecedores”, refletindo a natureza operacional das transações.

Os pagamentos são realizados nos prazos e condições originalmente acordados que eram de 120 dias em 31 de dezembro de 2025 (90 dias em 31 de dezembro de 2024). Assim, essas operações não são caracterizadas como instrumentos de dívida ou financiamentos da Companhia.

Maiores detalhes dos saldos em aberto das operações de risco sacado estão descritos na Nota explicativa nº 12 – Fornecedores.

2.13 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 (doze) meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures em moeda estrangeira são registrados de acordo com a política contábil mencionada na Nota explicativa nº 2.3 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis.

2.14 Benefícios a empregados

(e) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(f) Plano de previdência privada (aplicável somente a Elekeiroz S.A.)

A Elekeiroz S.A. oferece a todos os seus empregados um plano de previdência privada do tipo de contribuição definida e como tal, são pagas contribuições fixas a uma Entidade separada (fundo de pensão), não tendo a Elekeiroz S.A. nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos. As contribuições são reconhecidas como despesa no período em que são incorridas e cessam após o término do vínculo empregatício do funcionário com a Elekeiroz S.A..

O plano na modalidade de contribuição definida é oferecido aos colaboradores da Elekeiroz S.A., que prevê:

- Participação dos funcionários com percentuais definidos entre 1% até 10% sobre seu salário base; e
- Contribuição da Elekeiroz S.A. em montante equivalente a 100% do aportado pelo colaborador.

Em 31 de dezembro de 2025 o resultado dessas contribuições totalizou o montante de R\$ 1.131 (R\$ 1.202 em 31 de dezembro 2024).

(g) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos sócios da Companhia após certos ajustes, vinculadas também ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos estabelecidos e aprovados no início do exercício. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação formalizada (*constructive obligation*).

(h) Outros benefícios

Existe ainda a concessão de outros benefícios que envolvem seguro de vida e assistência médica, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após o término do vínculo empregatício com a Companhia.

2.15 Provisões para contingências

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A despesa relativa à constituição de qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso, na linha de gerais e administrativas, pelo seu valor histórico de principal, e no resultado financeiro a atualização do valor histórico de principal até a data do balanço.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.16 Instrumentos financeiros

(a) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(b) Classificação e mensuração subsequente**Ativos Financeiros**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso das Companhias a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(c) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: 1) Substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou 2) A Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira.

A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(d) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. Tais instrumentos derivativos não se qualificam para a “contabilidade de *hedge*”. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado, no resultado financeiro.

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia mantém contratações com finalidade de proteção cambial de seus empréstimos e financiamentos, bem como, proteção para importações de matérias primas. As Companhias não realizam negociações de instrumentos financeiros derivativos com finalidade especulativa.

Maiores detalhes dos montantes reconhecidos no resultado do exercício dessas transações estão descritos em Nota explicativa nº 19 – Resultado financeiro, líquido.

2.17 Patrimônio líquido**a) Capital social**

O capital social da Companhia é representado por ações classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor negociado, líquido de impostos.

b) Reserva de lucros a realizar

Reservas de lucro a realizar correspondem aos valores referentes ao lucro líquido, acumulado, que ainda não foram distribuídos pela Companhia e que, após a distribuição, serão divididos entre os sócios.

c) Resultado por ação**Resultado básico e diluído por ação**

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui potencial instrumento diluidor nos exercícios acima, desta forma o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação.

O cálculo do resultado por ação está apresentado em Nota explicativa nº 16 – Patrimônio líquido.

2.18 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções e dos cancelamentos.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização.

a) Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando o controle dos produtos é transferido para o cliente, ou seja, para casos de vendas com retirada pelo cliente a receita é reconhecida quando o cliente retira a mercadoria nas unidades da Companhia; para casos de venda em que a entrega é realizada pela Companhia, a receita é reconhecida somente após entrega da mercadoria no local estabelecido pelo cliente.

b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

c) Demais receitas e despesas

As demais receitas e despesas são apropriadas ao resultado de acordo com o regime contábil de competência de exercícios.

d) Custo de obtenção de contratos - Comissões sobre vendas

A Companhia efetua pagamentos de comissões sobre vendas a parceiros comerciais e colaboradores de forma mensal com base nas vendas efetivamente realizadas. Em 31 de dezembro de 2025 foi realizada provisão do montante real apurado para pagamento no exercício subsequente de competência do mês de dezembro de 2025.

2.19 Tributos

Tributos sobre vendas

As receitas de serviços estão sujeitas à tributação pelo ICMS às alíquotas vigentes em cada região de sua atuação e diretrizes à tributação pelo PIS e COFINS na modalidade não cumulativa, às alíquotas de 1,65% e 7,60% para o PIS e COFINS, respectivamente.

Também estão sujeitas à tributação pelo IPI de acordo com a Nomenclatura Comum do Mercosul ("NCM") e podem variar de 0% a 15%, conforme produto.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Esses tributos são apresentados como deduções das receitas de vendas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado do exercício.

Tributos sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A Companhia é beneficiária de redução parcial do imposto de renda sobre os resultados operacionais na Companhia Elekeiroz S.A., da sua base produtiva de Camaçari – Bahia no percentual de 75% em 31 de dezembro de 2024, maiores detalhes estão apresentados em Nota explicativa nº 2.20 – Subvenções governamentais / Benefícios fiscais. As demais Companhias e unidades produtivas da Companhia não possuem benefícios de redução parcial de tributos sobre o lucro.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios no momento da transação E (i) não afeta o lucro ou prejuízo contábil ou tributável e (ii) não dá origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais;
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimento sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio não alocado derivado de expectativa de rentabilidade futura.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alienações que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alienações que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios previstos na norma contábil forem atendidos.

2.20 Subvenções governamentais / Benefícios fiscais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida no passivo e em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo.

Quando a Companhia recebe benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

Benefício fiscal – SUDENE

O Governo Federal, através da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (“SUDENE”), criou o programa de desenvolvimento regional do nordeste do Brasil cujo objetivo é a redução da desigualdade social no país. A Elekeiroz S.A. possui atividade industrial no Estado da Bahia e opta pelo benefício de redução de 75% do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, visto que, apresentou projetos de modernização e ampliação de seus empreendimentos nesta localidade.

Em 22 de dezembro de 2023, através do laudo constitutivo nº 0412/2023, foi renovado o benefício fiscal da SUDENE da planta de gases (“PGE”) com vencimento para 31 de dezembro de 2032.

Em 23 de abril de 2024, através do laudo constitutivo nº 26/2024, foi renovado o benefício fiscal da SUDENE da planta de álcoois João Úrsulo (“JU”) com vencimento para 31 de dezembro de 2033.

Benefício fiscal – Desenvolve

O Governo do Estado da Bahia, através da Lei nº 7.980/2001 e Decreto nº 8.205/2022 oferecem o Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica (“Desenvolve”) que tem por finalidade complementar e diversificar a matriz industrial do Estado da Bahia, através de, desoneração do imposto estadual (ICMS) na aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado em hipóteses previstas na referida lei e decreto. Este benefício fiscal é válido até 31 de março de 2028 na planta de gases e prazo indeterminado na planta de álcoois e plastificantes da Companhia Elekeiroz S.A..

Regime Especial da Indústria Química (“REIQ”) – Investimentos e matéria-prima

O REIQ Investimentos é uma modalidade do Regime Especial da Indústria Química instituída e regulamentada no âmbito do Decreto nº 11.668, de 24 de agosto de 2023, que tem como objetivo incentivar a realização de novos investimentos produtivos no setor químico nacional. O regime concede às empresas habilitadas benefícios fiscais relacionados ao PIS e à COFINS, na forma de créditos ou redução de alíquotas, condicionados à execução de projetos de expansão, modernização ou implantação de unidades industriais, bem como ao cumprimento de contrapartidas estabelecidas na regulamentação, incluindo manutenção de empregos, segurança operacional e compromissos ambientais. Dessa forma, o REIQ investimentos configura um incentivo governamental, com efeitos diretos sobre a carga tributária, os custos operacionais e os resultados econômico-financeiros das indústrias químicas beneficiadas e o REIQ matéria-prima impacta diretamente a apuração dos tributos sobre a produção, os custos industriais e as margens operacionais das companhias beneficiadas, sendo relevante para a adequada compreensão dos efeitos fiscais e econômicos refletidos nas demonstrações financeiras.

A Companhia aderiu ao referido benefício totalizando o montante R\$ 9.880 em créditos (R\$ 8.868 em 31 de dezembro de 2024).

2.21 Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

2.22 Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Moeda não conversível em outra moeda (Alterações ao CPC 02 (IAS 21))

Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.

O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

A Administração da Companhia não identificou impactos referentes a este pronunciamento.

Alterações ao CPC 18 (R3) – Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto e a ICPC 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicações do Método de Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas.

Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

A Administração da Companhia não identificou impactos referentes a este pronunciamento.

2.23 Normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

IFRS 19: Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.24 Reestruturação societária e combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

A Companhia determina que adquiriu um negócio quando o conjunto adquirido de atividades e ativos inclui, no mínimo, um *input* - entrada de recursos e um processo substantivo que juntos contribuam significativamente para a capacidade de gerar *output* - saída de recursos. O processo adquirido é considerado substantivo se for essencial para a capacidade de desenvolver ou converter o *input* - entrada de recursos adquirido em *outputs* - saídas de recursos, e os *inputs* - entradas de recursos adquiridos incluem tanto a força de trabalho organizada com as habilidades, conhecimentos ou experiência necessários para executar esse processo; ou for fundamental para a capacidade de continuar a produzir *outputs* e é considerado único ou escasso ou não pode ser substituída sem custo, esforço ou atraso significativos na capacidade de continuar produzindo *outputs* - saída de recursos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 / IFRS 9 na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam

beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação.

O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

Cessão de ações da Nexoleum com transferência de controle

Em 2 de agosto de 2024, a Companhia assinou “Contrato de Compra e Venda de Ações” da sua investida direta Nexoleum Bioderivados S.A. (“Nexoleum”) para cessão da totalidade das 3.074.250 (três milhões e setenta, quatro mil e duzentos e cinquenta) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, que corresponde a 100% de participação no capital da Nexoleum para Ibira Holding S.R.L., parte relacionada pertencente ao Grupo OCQ.

Com a consequente transação, a Companhia reconheceu na data da venda a baixa do investimento no montante de R\$ 2.159 e do ágio de R\$ 2.373, totalizando o montante de R\$ 4.532 reconhecido na demonstração do resultado do exercício na rubrica de “outras receitas (despesas), líquidas”.

A transação anteriormente mencionada teve anuência dos debenturistas da Companhia aprovada em Assembleia Geral dos Debenturistas de 2 de agosto de 2024 e teve por motivo a simplificação da estrutura societária do Grupo em que a Companhia pertence.

2.25 Eventos após o período do relatório

Se a Companhia receber informações após o período de relatório, mas antes da data de autorização para emissão, sobre condições que existiam no final do período de relatório, ele avaliará se as informações afetam os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Companhia ajustará os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras para refletir quaisquer eventos de ajuste após o período de relatório e atualizará as divulgações relacionadas a essas condições à luz das novas informações. Para eventos que não originam ajustes após o período de relatório, a Companhia não alterará os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, mas divulgará a natureza do evento que não origina ajustes e uma estimativa de seu efeito financeiro, ou uma declaração de que tal estimativa não pode ser feita, se aplicável.

3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas está em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e está de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários. As estimativas são elaboradas assumindo-se a continuidade dos negócios e definidas com base nas informações disponíveis.

Julgamentos

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Grupo como arrendatário)

A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

A Companhia não identificou cenários em que fosse necessário exercer julgamento de opção de renovação nos contratos de arrendamento em 31 de dezembro de 2025.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Mudanças nos fatos e nas circunstâncias podem fazer com que as estimativas sejam revistas e os resultados reais podem ser diferentes das estimativas. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente e estão apresentadas a seguir:

- **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda ou o seu valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação;
- **Valor justo de instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade;
- **Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”):** A provisão para perdas de crédito esperadas foi reconhecida como redução das contas a receber com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando a antiguidade dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada da carteira de clientes;
- **Provisões para contingências:** São reconhecidas provisões para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou

exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais;

- Provisões para perdas e giro lento dos estoques: As perdas de produtos com margem negativa, ferramental, problemas de qualidade reconhecidas em estoques são relativas a perdas esperadas do processo produtivo, classificadas como redutora dos estoques. Para o giro lento, é realizado cálculo ponderado baseado no vencimento dos itens de estoque e efetiva utilização das matérias primas ou produtos acabados; e
- Provisão para garantia: É baseada em dados históricos de garantia e uma ponderação de todas as probabilidades de desembolsos. A Companhia garante a seus clientes a qualidade de seus produtos, assumindo a responsabilidade por eventuais substituições e reparos decorrentes de defeitos apresentados. Calculada sobre a venda de produtos, tendo como base os percentuais históricos de gastos e para os casos já identificados em que a Companhia estima dispendar recursos na substituição e reparo de produtos, a Companhia reconhece a mencionada provisão no passivo.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	507	90	507	90
Aplicações financeiras de liquidez imediata	7.055	165.127	7.055	165.127
	7.562	165.217	7.562	165.217

As aplicações financeiras de liquidez imediata são compostas principalmente por Certificados de Depósitos Bancários, mantidos junto a instituições financeiras de primeira linha, baseados na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários ("CDI") com liquidez imediata, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. Os investimentos possuem taxas de juros de 70% a 102,5% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (70% a 102,5% em 31 de dezembro de 2024).

As receitas geradas por estas aplicações financeiras são registradas na demonstração do resultado do exercício, na rubrica de "Receitas financeiras". Maiores detalhes estão evidenciados em Nota explicativa nº 19 – Resultado financeiro.

5 Contas a receber de clientes

A seguir é apresentada a composição das contas a receber:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Clientes nacionais	156.637	138.859	156.637	138.859
Clientes estrangeiros	25.879	3.093	25.879	3.093
(-) Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa ("PECLD")	(5.604)	(6.996)	(5.604)	(6.996)
Total circulante	176.912	134.956	176.912	134.956

A Companhia ofereceu como garantia de empréstimos, financiamentos e debêntures duplicatas a receber. Maiores informações estão descritas em Nota explicativa nº 13 – Empréstimos, financiamentos e debêntures.

As políticas de crédito estão descritas em Nota Explicativa nº 21 – Gestão de risco financeiro, na seção de risco de crédito.

A seguir, é apresentada abertura por faixa de vencimento da carteira de clientes bruta e movimentação da provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa ("PECLD"):

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	168.407	131.430	168.407	131.430
Vencidos até 30 dias	5.620	1.729	5.620	1.729
Vencidos de 31 a 60 dias	375	901	375	901
Vencidos de 61 a 90 dias	139	597	139	597
Vencidos de 91 a 180 dias	1.175	491	1.175	491
Vencidos de 181 a 360 dias	699	2.261	699	2.261
Superior a 361 dias	6.101	4.543	6.101	4.543
Total das contas a receber - Valor bruto	182.516	141.952	182.516	141.952

A seguir é apresentada a movimentação da PECLD:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	6.996	27.386	6.996	27.896
(-) Baixa efetiva de títulos	-	(22.150)	-	(22.150)
(+) Constituição de provisão	2.650	5.610	2.650	5.610
(-) Reversão de provisão	(4.042)	(3.850)	(4.042)	(3.850)
Saldo final	5.604	6.996	5.604	6.996

A Administração considera que os valores registrados a título de PECLD são suficientes para 31 de dezembro de 2025 e 2024.

6 Partes relacionadas

As entidades apresentadas nos quadros a seguir são consideradas partes relacionadas, uma vez que, pertencem ou possuem participação significativa dos sócios controladores da Elekeiroz.

Balanço patrimonial

Os saldos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, apresentados abaixo, representam os montantes contabilizados como partes relacionadas no balanço patrimonial:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber - Partes relacionadas		
Nacional		
A&S Technologies Indústria e Comércio Ltda.	420	885
AVCO Polímeros do Brasil SA	656	-
Brisco do Brasil Indústria e Comércio Ltda.	451	304
Oswaldo Cruz Química Indústria e Comércio Ltda.	-	89
Revochemical Industria e Comércio e Produtos Químicos Ltda	2.079	-
Vetta Química Importação e Exportação Ltda.	2.612	7.631
Outras partes relacionadas	-	545
Total das contas a receber - Partes relacionadas	6.218	9.454

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores - Partes relacionadas		
Nacional		
BR Resinas e Indústria Química Ltda	1.166	-
O&M do Brasil Distribuição e Importação Ltda.	1.864	-
Oswaldo Cruz Química Indústria e Comércio Ltda.	66.193	119.291
Vetta Química Importação e Exportação Ltda.	21.522	82.545
Outras partes relacionadas	615	-
Total das contas a pagar - Partes relacionadas	91.359	201.836

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Mútuos - Partes relacionadas		
A pagar		
Oswaldo Cruz Química Indústria e Comércio Ltda.	170.609	22.204
Vetta Química Importação e Exportação Ltda.	79.458	33.307
Total dos Mútuos - Partes relacionadas	250.067	55.511

Demonstração do resultado do exercício

A seguir são apresentadas as transações ocorridas nos exercícios de 2025 e 2024:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Vendas de produtos		
Nacional		
AVCO Polímeros do Brasil SA	656	545
Brisco do Brasil Indústria e Comércio Ltda.	451	304
A&S Technologies Indústria e Comércio Ltda.	420	885
Oswaldo Cruz Química Indústria e Comércio Ltda.	-	89
Revochemical Industria e Comércio e Produtos Químicos Ltda	2.079	-
Vetta Química Importação e Exportação Ltda.	2.612	7.631
Total Nacional	6.218	9.454
Total das vendas no exercício	6.218	9.454

Os produtos são vendidos com base na tabela de preços em vigor nas datas das transações e em termos que estariam disponíveis para terceiros.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Compra de produtos		
Nacional		
Oswaldo Cruz Química Indústria e Comércio Ltda.	49.807	119.291
Vetta Química Importação e Exportação Ltda.	21.522	82.545
O&M do Brasil Distribuição e Importação Ltda.	1.864	-
BR Resinas e Indústria Química Ltda	1.166	-
Total Nacional	74.359	201.836
Total das compras no exercício	74.359	201.836

Os produtos são adquiridos com base em termos e condições comerciais normais de mercado.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o pessoal-chave da Administração foi diretamente remunerado via outras empresas do mesmo grupo econômico ao qual a Companhia pertence.

7 Estoques

Os saldos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, apresentados abaixo, representam os montantes contabilizados como estoques:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Matéria-prima	152.804	83.519
Produtos acabados	123.641	128.104
Almoxarifado geral	18.185	16.657
Embalagens	1.770	1.395
Estoque em trânsito	25	12.721
Estoque em poder de terceiros	55.719	59.059
(-) Perdas por redução ao valor recuperável dos estoques (a)	(1.376)	(4.659)
	350.768	296.796

A seguir é apresentada a movimentação da perda por redução ao valor recuperável dos estoques que engloba perdas e obsolescência:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	4.659	6.822
(+) Constituição de provisão	1.376	4.659
(-) Reversão de provisão	(4.659)	(6.822)
Saldo final	1.376	4.659

8 Tributos a recuperar / Imposto de renda e contribuição social a compensar

Os saldos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, apresentados abaixo, representam os montantes contabilizados como tributos a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ e CSLL	-	1.077	-	1.077
ICMS (i)	21.991	13.347	21.991	13.347
Exclusão do ICMS na BC do PIS/COFINS (ii)	54.967	58.555	54.967	58.555
PIS e COFINS	12.735	12.851	12.735	12.851
Precatórios a recuperar	8.027	8.027	8.027	8.027
Outros tributos a recuperar	3.733	4.940	3.733	4.940
	101.453	98.797	101.453	98.797
Circulante	51.063	49.200	51.063	49.200
Não circulante	50.390	49.597	50.390	49.597

(i) Refere-se a créditos de ICMS de operações de compra e venda usuais do negócio da Companhia (matriz e demais filiais), incluindo ICMS sobre a compra de ativo imobilizado. A Administração efetuou revisão de seu plano de negócios durante o exercício de 2025 para melhor utilização dos créditos nos próximos exercícios, de forma a compensar os saldos existentes; e

(ii) Historicamente foi realizado o reconhecimento de crédito tributário decorrente do processo judicial, em que a Companhia atua como parte autora sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. A Companhia vem atualizando e recuperando esse saldo mensalmente e a movimentação do exercício é apresentada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	58.555	77.485
(+/-) Combinação de negócios	-	(282)
(+) Atualização monetária	699	882
(-) Compensações	(4.287)	(19.530)
Saldo final	54.967	58.555

9 Imobilizado

A seguir são apresentados os saldos de imobilizado:

	Controladora		Consolidado	
	Custo histórico		Custo histórico	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Máquinas e equipamentos	666.763	630.574	666.763	630.574
Móveis e utensílios	8.273	8.173	8.273	8.173
Equipamentos de laboratório	3.942	3.942	3.942	3.942
Aeronaves	11.840	11.840	11.840	11.840
Veículos/Caminhões	12.173	8.124	12.173	8.124
Equipamentos de informática	7.392	7.312	7.392	7.312
Terrenos (a)	33.312	33.312	33.312	33.312
Construções	57.049	57.792	57.049	57.792
Benfeitorias/Itens a imobilizar	53.781	36.908	53.781	36.908
	854.525	797.976	854.525	797.976

	Controladora		Consolidado	
	Valor residual		Valor residual	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Máquinas e equipamentos	214.184	206.065	214.184	206.065
Móveis e utensílios	2.138	2.431	2.138	2.431
Equipamentos de laboratório	598	648	598	648
Aeronaves	10.220	11.426	10.220	11.426
Veículos/Caminhões	6.826	4.807	6.826	4.807
Equipamentos de informática	1.815	2.276	1.815	2.276
Terrenos (a)	18.468	24.214	18.468	24.214
Construções	16.932	22.787	16.932	22.787
Benfeitorias/Itens a imobilizar	53.923	36.995	53.923	36.995
	325.104	311.649	325.104	311.649

(a) Valor residual inferior ao custo histórico devido a depreciação de mais valia dos terrenos após aquisição da Elekeiroz pelo Grupo OCQ em 2023, conforme nota explicativa 2.8.

A seguir é apresentada a movimentação do imobilizado consolidado para os exercícios de 2025 e 2024:

	Controladora e consolidado					
	Valor líquido em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2024
Máquinas e equipamentos	225.002	3.608	(16)	24.355	(56.959)	206.065
Móveis e utensílios	2.357	299	(29)	274	(523)	2.431
Equipamentos de laboratório	782	4	-	11	(167)	648
Aeronaves	-	11.840	-	-	(414)	11.426
Veículos / Caminhões	2.176	3.430	-	-	(799)	4.807
Equipamentos de informática	1.422	1.043	-	302	(509)	2.276
Terrenos	29.960	-	-	-	(5.746)	24.214
Construções	26.639	499	-	552	(5.220)	22.787
Benfeitorias / Itens a imobilizar	29.926	32.508	-	(25.494)	55	36.995
	318.264	53.230	(45)	-	(70.282)	311.649
	Valor líquido em 31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2025
Máquinas e equipamentos	206.065	4.112	(855)	36.396	(50.466)	214.184
Móveis e utensílios	2.431	80	-	27	(529)	2.138
Equipamentos de laboratório	648	-	-	-	(100)	598
Aeronaves	11.426	-	-	-	(1.206)	10.220
Veículos / Caminhões	4.807	180	-	3.869	(2.032)	6.826
Equipamentos de informática	2.276	66	(1)	17	(590)	1.815
Terrenos	24.214	-	-	-	(5.746)	18.468
Construções	22.787	-	-	(557)	(5.222)	16.932
Benfeitorias / Itens a imobilizar	36.995	56.780	(100)	(39.752)	-	53.923
	311.649	61.218	(956)	-	(65.891)	325.104

A Administração realiza, anualmente, testes de recuperabilidade (*impairment*) de suas unidades geradoras de caixa, ou sempre que forem observados indícios de perda no valor recuperável dos ativos.

No exercício de 2025, a unidade de negócio Álcoois apresentou resultado favorável no teste de recuperabilidade, indicando que o valor recuperável de seus ativos supera o valor contábil. Dessa forma, a Administração decidiu pelo estorno integral (100%) da perda por *impairment* reconhecida em exercícios anteriores, no montante de R\$ 18.935.

A unidade de negócio Anidrido Maleico, por sua vez, apresentou indícios de perda no valor recuperável de seus ativos. Com base nos testes de *impairment* realizados, a Administração reconheceu uma perda por *impairment*, no montante de R\$ 9.650, referente a essa unidade de negócio no exercício de 2025.

A Administração reconheceu no resultado do exercício os montantes citados anteriormente e que totalizam R\$ 9.285, na rubrica de Outras receitas (despesas), líquidas.

Principais premissas

Os fluxos de caixa foram descontados para o período de 10 (dez) anos considerados pela Administração como período adequado para a indústria química, utilizaram taxa de desconto em termos nominais e após os impostos, que representa uma estimativa da taxa que um participante de mercado aplicaria levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. A Elekeiroz utilizou seu custo médio ponderado de capital ("WACC") como ponto de partida para determinar as taxas de desconto, com ajustes para adequar ao perfil de risco nos quais a UGC individual opera.

Outras premissas são apresentadas a seguir:

Margens de contribuição

Para o período de 2026 foi utilizado o orçamento aprovado pela Alta Administração do Grupo em que a margem de contribuição foi de 16%. Para os períodos a partir de 2027 foram aplicadas as médias dos 3 (três) últimos períodos (2023 a 2025), sendo a margem de contribuição de 18%.

A margem anteriormente descrita se mantém constante para todo o período do fluxo de caixa.

Taxas de desconto

O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da Elekeiroz e seus segmentos operacionais, sendo derivado de custos médios ponderado de capital (WACC). O WACC leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento efetuado pelos investidores do Grupo. O custo de dívida é baseado nos financiamentos sujeitos a juros que o Grupo é obrigado a honrar. O risco específico do segmento é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais beta. Os fatores betas são avaliados anualmente com base nos dados de empresas do mesmo segmento de mercado disponíveis para o público. O WACC utilizado foi de 15,5% (17,4% antes do imposto de renda).

Inflação de preços de matérias-primas

Os preços das principais matérias primas utilizadas no processo produtivo da Elekeiroz são balizados pelos preços delas no mercado internacional, indexados ao dólar americano, sendo influenciadas pelo preço do petróleo (Nafta e gás natural).

Market share durante o período de projeção

A análise pressupõe que os principais produtos da Elekeiroz acompanham o crescimento do mercado e a manutenção do *market share* para todo o período projetado.

10 Intangível

	Controladora e Consolidado			
	Custo histórico		Valor residual	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Intangível de vida útil definida				
Softwares adquiridos de terceiros	5.420	5.282	1.981	2.662
Direitos de exclusividade de patente	6.424	6.424	996	2.360
Relacionamento com clientes	20.309	20.309	17.810	18.777
Acordo de não solicitação	7.304	7.304	3.530	4.991
	39.457	39.319	24.317	28.790
Intangível de vida útil indefinida				
Ágio (<i>goodwill</i>)	227.220	227.220	227.220	227.220
	227.220	227.220	227.220	227.220
Total do Intangível	266.677	266.539	251.537	256.010

A seguir é apresentada a movimentação do intangível consolidado:

	Softwares adquiridos de terceiros	Direitos de exclusividade de patente	Relacionamento com clientes	Acordo de não solicitação	Total
Em 31 de dezembro de 2023	2.346	3.601	19.745	6.452	32.263
(+) Adições	1.033	-	-	-	1.033
(-) Impairment	71	-	-	-	71
(-) Amortizações	(788)	(1.360)	(968)	(1.461)	(4.577)
Em 31 de dezembro de 2024	2.662	2.360	18.777	4.991	28.790
(+) Adições	156	-	-	-	156
(-) Baixas	(17)	-	-	-	(17)
(-) Impairment	52	-	-	-	52
(-) Amortizações	(872)	(1.364)	(967)	(1.461)	(4.664)
Em 31 de dezembro de 2025	1.981	996	17.810	3.530	24.317

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura ("Goodwill")

Teste de impairment

O ágio adquirido por meio de combinações de negócios, oriundo de todas as unidades geradoras de caixa que foram adquiridas, não sendo possível alocar em alguma unidade geradora de caixa específica. Para o teste de *impairment* foi utilizado o fluxo de caixa total da Elekeiroz.

O valor recuperável do fluxo de caixa da Elekeiroz é de R\$ 1.228.203 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 1.065.600 em 31 de dezembro de 2024), superando o valor contábil em R\$ 493.299 (R\$ 513.600 em 31 de dezembro de 2024) e foi apurado com base no cálculo do valor em uso, em vista das projeções de fluxo de caixa com base em orçamentos financeiros aprovados pela Alta Administração durante um período de 5 (cinco) anos com perpetuidade, considerando taxa de desconto em termos nominais e após os impostos nas projeções de fluxo de caixa, custos médios ponderado de capital (WACC) de 15,5% (14,3% em 31 dezembro de 2024) e o fluxo de caixa referente ao período que extrapola os 5 (cinco) anos considera uma taxa de crescimento de 3,5%, base IPCA.

Principais premissas utilizadas no cálculo do valor em uso e sensibilidade:

Margens de contribuição

Para o período de 2026 foi utilizado o orçamento aprovado pela Alta Administração da Elekeiroz em que a margem de contribuição foi de 16%. Para os períodos a partir de 2027 foram aplicadas as médias dos 3 (três) últimos períodos (2023 a 2025), sendo a margem de contribuição de 18%.

A margem anteriormente descrita se mantém constante para todo o período do fluxo de caixa.

Taxas de desconto

O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da Elekeiroz e seus segmentos operacionais, sendo derivado de custos médios ponderado de capital (WACC). O WACC leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento efetuado pelos investidores do Grupo. O custo de dívida é baseado nos financiamentos sujeitos a juros que o Grupo é obrigado a honrar. O risco específico do segmento é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais beta. Os fatores betas são avaliados anualmente com base nos dados de empresas do mesmo segmento de mercado disponíveis para o público. O WACC utilizado foi de 15,5% (17,4% antes do imposto de renda).

Inflação de preços de matérias-primas

Os preços das principais matérias primas utilizadas no processo produtivo da Elekeiroz são balizados pelos preços delas no mercado internacional, indexados ao dólar americano, sendo influenciadas pelo preço do petróleo (Nafta e gás natural).

Market share durante o período de projeção

A análise pressupõe que os principais produtos da Elekeiroz acompanham o crescimento do mercado e a manutenção do *market share* para todo o período projetado.

A Administração concluiu que não são necessários ajustes oriundos do teste de *impairment* em 31 de dezembro de 2025.

11 Investimentos

a) Composição dos saldos

(i) Controladas diretas

	Participação %		Saldos	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Investimentos				
Nexoleum Bioderivados S.A. (a)	-	-	-	-
Mais valia (Nexoleum) (a)	-	-	-	-
			-	-

(a) Em 2 de agosto de 2024, a Companhia assinou “Contrato de Compra e Venda de Ações” no qual realizou cessão de 100% das ações detidas na investida Nexoleum para a Ibira Holding S.R.L., uma holding do Grupo OCQ. A transação considerou o valor do patrimônio líquido na data da transação que era de R\$ 2.159 e o montante de ágio de R\$ 2.373, totalizando a quantia de R\$ 4.532 reconhecida no resultado do exercício na rubrica de “Outras receitas e despesas, líquidas”;

(ii) Valor justo por meio do resultado

	Participação		Saldos em	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Cetrel S.A. (a)	2,25%	2,25%	-	1.607
			-	1.607

(a) Em 1 de dezembro de 2025 a Elekeiroz firmou Contrato de Compra e Venda De Ações e Outras Avenças ("Contrato de venda da Cetrel S.A.") em que se compromete, em caráter irrevogável e irretratável, a vender, transferir e entregar à parte compradora na data do fechamento o total das 44.933 (quarenta e quatro mil, novecentos e trinta e três) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal, de emissão da Cetrel S.A., totalmente subscritas e integralizadas, representativas de 2,2536% do capital social da Cetrel S.A., livres e desembaraçadas de todos e quaisquer ônus (exceto pelo direito de preferência dos demais acionistas da Cetrel S.A.), com todos os direitos a elas inerentes e atribuídos. O preço de venda da totalidade das ações é de R\$ 13.614.692,08 (treze milhões, seiscentos e quatorze mil, seiscentos e noventa e dois reais e oito centavos) que serão pagos à vista após o cumprimento de determinados requerimentos exigidos no Contrato de venda da Cetrel S.A., considerados como condições precedentes que determinarão a data de fechamento da transação.

Dessa forma, a Elekeiroz reconheceu a realização do investimento na Cetrel S.A. e consequente baixa dos saldos anteriormente registrados na rubrica de investimentos e patrimônio líquido (ajuste a valor justo), gerando uma receita no resultado do exercício no montante de R\$ 8.151, reconhecida na rubrica de Outras receitas (despesas), líquidas. O montante anteriormente descrito de R\$ 13.615 foi reconhecido na rubrica de Outros ativos (circulante) no balanço patrimonial.

Teste de redução ao valor recuperável (impairment)

Para os testes de *impairment* da Companhia, o valor recuperável foi mensurado através de técnicas de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa foram descontados utilizando uma taxa de desconto em termos reais mensurando o recebimento de dividendos, que representa uma estimativa da taxa que um participante de mercado aplicaria levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. A Companhia utilizou seu custo médio ponderado de capital ("WACC") como ponto de partida para determinar as taxas de desconto, com ajustes para adequar ao perfil de risco deste investimento.

A seguir é apresentada a movimentação dos investimentos:

	Nexoleum	Cetrel	Total
Em 31 de dezembro de 2023	6.634	1.157	7.791
(+) Ajuste a valor justo	-	450	450
(-) Cessão de ações	(4.532)	-	(4.532)
(-) Baixa de mais valia	(1.882)	-	(1.882)
(+/-) Equivalência patrimonial	(220)	-	(220)
Em 31 de dezembro de 2024	-	1.607	1.607
	Nexoleum	Cetrel	Total
Em 31 de dezembro de 2024	-	1.607	1.607
(+) Ajuste a valor justo	-	57	57
(-) Venda de ações	-	(1.664)	(1.664)
Em 31 de dezembro de 2025	-	-	-

Earnout

Em 19 de agosto de 2022, foi celebrado Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças ("Contrato") entre a Chembro Química S.A. e o antigo controlador da Elekeiroz S.A. para aquisição da totalidade de 31.069.512 ações ordinárias de emissão da Elekeiroz S.A. pelo valor de R\$ 875.000, pago em única parcela, reduzido do endividamento líquido base previsto no Contrato, considerando que está previsto um valor adicional contingente a ser determinado e pago em até 5 (cinco) parcelas anuais, a se iniciar em 1º de abril de 2023 com término em 31 de março de 2028, dependendo do resultado Consolidado do EBITDA gerencial ajustado da Elekeiroz S.A. para cada ano. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não foram apurados valores de *earnout* devido, considerando que

o EBITDA previsto para o ano de 2026 e anos subsequentes será menor que o EBITDA de referência definido no Contrato.

12 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores nacionais	98.513	46.308	98.513	46.308
Fornecedores risco sacado	115.501	218.904	115.501	218.904
	214.014	265.212	214.014	265.212

Os termos e condições dos passivos financeiros acima referidos refletem as seguintes características a seguir:

Contas a pagar a fornecedores nacionais e estrangeiros não incidem juros e são geralmente liquidadas pela Companhia em prazo médio de 44 dias em 31 de dezembro de 2025 (25 dias em 31 de dezembro de 2024). São apresentados maiores detalhes para fornecedores que são caracterizados pela modalidade de risco sacado, vide:

Risco sacado

A Companhia Elekeiroz possui convênios de pagamentos com instituições financeiras que possibilitam que determinados fornecedores optem pela cessão de seus créditos a receber da Elekeiroz mediante aceitação das instituições financeiras por adquirir ou não os referidos recebíveis, sem interferência da Elekeiroz. A operação de cessão não implica em qualquer alteração dos títulos emitidos pelos fornecedores, sendo mantidas as condições de valor original e prazo de pagamento. O prazo praticado pela Elekeiroz em 31 de dezembro de 2025 é de 120 dias (90 dias em 31 de dezembro de 2024), mantendo assim, condições usualmente praticadas pelo mercado.

As transações em aberto em 31 de dezembro de 2025 totalizavam R\$ 115.501 (R\$ 218.904 em 31 de dezembro de 2024) e refletem as variações de volumes e preços negociados no período e na alteração do prazo negociado de pagamento dessas compras.

13 Empréstimos, financiamentos e debêntures

A posição da dívida detalhada é apresentada a seguir:

Instituição financeira / Modalidade da dívida	Moeda	Encargos	Data da contratação	Data do vencimento	Controladora e consolidado	
					31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos e financiamentos					362.764	312.032
Banco do Brasil / CCB (a)	BRL	1,68% a.a. + CDI	13/03/2020	23/07/2031	9.541	10.207
Banco do Brasil / NCE (a)	BRL	1,68% a.a. + CDI	21/06/2022	13/07/2031	208.328	223.151
Banco do Brasil / NCE (a)	BRL	1,68% a.a. + CDI	13/03/2020	02/07/2031	73.049	78.674
ABC / Finame (a)	BRL	9,46% a.a. – 0,10% do CDI	16/07/2025	15/01/2026	20.865	-
ABC / Finame (a)	BRL	9,46% a.a. – 0,10% do CDI	16/07/2025	15/01/2026	20.865	-
Itaú / Finame (a)	BRL	9,04% a.a.	29/09/2025	15/01/2026	30.116	-
Debêntures					395.081	470.109
1º Emissão de debêntures - Chembro (incorporada pela Elekeiroz) (a)	BRL	3,17% a.a. + CDI	23/03/2023	23/03/2031	395.081	470.109
Custos de transação					(12.954)	(16.102)
(-) Custos de transação					(12.954)	(16.102)
					744.891	766.039
Circulante					203.869	104.204
Não circulante					541.022	661.835

(a) As operações de empréstimos, financiamentos e debêntures possuem garantias vinculadas de fianças, alienação fiduciária e cessão fiduciária.

A seguir é apresentada a movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures:

	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Total
Em 31 de dezembro de 2023	354.961	531.736	886.697
(+) Captações	-	-	-
(+) Provisão de juros	34.739	70.336	105.075
(-) Amortização de principal	(48.750)	(75.000)	(123.750)
(-) Amortização de juros	(30.664)	(69.893)	(100.557)
(+) Reconhecimento de custos de transação	1.332	1.685	3.017
(-) Novos custos de transação	(4.443)	-	(4.443)
Em 31 de dezembro de 2024	307.175	458.864	766.039
Em 31 de dezembro de 2024	307.175	458.864	766.039
(+) Captações	150.000	-	150.000
(+) Provisão de juros	54.896	73.739	128.635
(-) Amortização de principal	(104.399)	(75.000)	(179.399)
(-) Amortização de juros	(49.765)	(73.767)	(123.532)
(+) Reconhecimento de custos de transação	1.360	1.788	3.148
Em 31 de dezembro de 2025	359.267	385.624	744.891

Empréstimos e financiamentos

Cláusulas restritivas - Covenants financeiros e não financeiros

Os empréstimos e financiamentos possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de não cumprimento dessas. O não cumprimento dessas cláusulas previstas nos acordos efetuados com as instituições financeiras é caracterizado por descumprimento de *covenants* ou descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato. O período de mensuração do complemento dessas cláusulas ocorre por ocasião das demonstrações financeiras anuais, não havendo em períodos intermediários.

A Companhia possui firmado contrato de cédula de crédito, que deve manter um índice financeiro de Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,50x referente ao exercício fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2025 (3,50x em 31 de dezembro de 2024), sendo a definição de EBITDA o lucro operacional antes de receitas e despesas financeiras, excluindo receitas e despesas não recorrentes, resultado não operacional, participações minoritárias, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 meses.

No caso de aquisições de novos contratos adquiridos ao longo dos últimos 12 meses que não estejam integralmente consolidados nas demonstrações financeiras anuais, o cálculo será proforma considerando 12 meses integrais de operação de tal aquisição ou contrato. A inobservância do indicador poderá acarretar vencimento antecipado não automático, sendo possível obter o *waiver* isentando o não cumprimento via solicitação a respectiva instituição financeira.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apurou o índice financeiro de Dívida Líquida/EBITDA dentro dos limites descritos acima. Sendo assim, para 31 de dezembro de 2025 e 2024 todos os índices econômicos e financeiros previstos nos contratos vigentes foram atingidos.

Garantias

As operações possuem garantias de fianças, alienação fiduciária e cessão fiduciária de empresas e acionistas/sócios do grupo econômico ao qual a Companhia pertence.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não foram descumpridas cláusulas contratuais que necessitassem que as garantias fossem acionadas.

Custos de transação

Os custos de transação estão sendo apresentados nestas demonstrações financeiras na rubrica de “Empréstimos, financiamentos e debêntures” em conta redutora do passivo da dívida dos empréstimos e financiamentos. A amortização é reconhecida de forma linear ao tempo de contratos de empréstimos e financiamentos, na rubrica de “despesas financeiras”.

a) Debêntures

1º Emissão pública com esforços restritos de distribuição de debêntures (ICVM 476)

Em 20 de dezembro de 2022, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Chembro Química S.A., posteriormente, incorporada pela Companhia, a realização de instrumento particular de escritura da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional real, e fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos da Companhia, conforme Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 no valor de até R\$ 600.000 (seiscentos milhões de reais), cujo anúncio de início de distribuição foi realizado em 30 de dezembro de 2022.

Os recursos captados no âmbito da emissão foram exclusivamente destinados à aquisição da Companhia pelo Grupo OCQ, conforme descrito na Nota explicativa 2.24 – Reestruturação societária e combinação de negócios.

As debêntures possuem características de série única, prazo de 8 anos contados a partir da data de emissão, remuneração CDI com *spread* de 3,17% ao ano e amortizações trimestrais sem carência.

Cláusulas restritivas - Covenants financeiros e não financeiros

As Debêntures possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de não cumprimento dessas. O não cumprimento dessas cláusulas previstas nos acordos efetuados com as instituições envolvidas na transação é caracterizado por descumprimento de *covenants* ou descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato. O período de mensuração do complemento dessas cláusulas ocorre por ocasião das demonstrações financeiras anuais, não havendo em períodos intermediários.

A Companhia deve manter um índice financeiro de Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,50x referentes aos exercícios fiscais encerrados a partir de 31 de dezembro de 2023, sendo a definição de EBITDA o lucro operacional antes de receitas e despesas financeiras, excluindo receitas e despesas não recorrentes, resultado não operacional, participações minoritárias, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 meses.

No caso de aquisições de novos contratos adquiridos ao longo dos últimos 12 meses que não estejam integralmente consolidados nas demonstrações financeiras anuais, o cálculo será proforma considerando 12 meses integrais de operação de tal aquisição ou contrato. A inobservância do indicador poderá acarretar vencimento antecipado não automático, sendo possível obter o *waiver* isentando o não cumprimento via Assembleia Geral de Debenturistas.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia apurou o índice financeiro de Dívida Líquida/EBITDA dentro dos limites descritos acima.

Garantias

A operação possui garantias de fianças, alienação fiduciária e cessão fiduciária de empresas e acionistas/sócios do grupo econômico ao qual a Companhia pertence.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não foram descumpridas cláusulas contratuais que necessitassem que as garantias fossem acionadas.

Custos de transação

Os custos de transação estão sendo apresentados nestas demonstrações financeiras na rubrica de “Empréstimos, financiamentos e debêntures” em conta redutora do passivo da dívida das debêntures. A amortização é reconhecida de forma linear ao tempo de contrato das debêntures, na rubrica de “despesas financeiras”.

14 Direito de uso e Passivo de arrendamento

A Companhia arrenda imóveis, veículos e equipamentos, sendo que os contratos mais relevantes têm prazo de até cinco anos. Adicionalmente, para esses contratos há a opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamentos são reajustados anualmente, para refletir os valores de mercado, conforme índices contratuais.

A Companhia reconheceu passivos de arrendamento para os contratos vigentes e que anteriormente estavam classificados como arrendamento operacional segundo os princípios do CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil, com exceção dos contratos enquadrados no expediente prático permitido pela norma e

adotado pela Companhia, que são os arrendamentos de curto prazo (igual ou inferior a 12 meses) sem opção de compra.

Os passivos de arrendamento reconhecidos correspondem aos saldos a pagar remanescentes dos contratos de arrendamento, mensurados à valor presente pelas taxas de desconto na data da sua adoção.

O direito de uso é composto conforme quadro abaixo:

Controladora e consolidado				
Direito de uso	Máquinas e equipamentos	Edifícios e terrenos	Veículos	Total
Em 31 de dezembro de 2023	110	-	-	110
(+) Adições	-	-	2.682	2.682
(-) Baixas	-	-	-	-
(-) Amortizações	(69)	-	(134)	(203)
Em 31 de dezembro de 2024	41	-	2.548	2.589
(+) Adições	-	12.780	-	12.780
(-) Baixas	-	-	-	-
(-) Amortizações	(41)	(1.605)	(537)	(2.183)
Em 31 de dezembro de 2025	-	11.175	2.011	13.186
Circulante				-
Não circulante				13.186

A seguir é apresentada a movimentação do passivo de arrendamento:

	Controladora e Consolidado
Em 31 de dezembro de 2023	107
(+) Novos contratos de arrendamento e remensurações	2.682
(+) Provisão de juros	60
(-) Amortizações	(215)
Em 31 de dezembro de 2024	2.634
	Controladora e Consolidado
Em 31 de dezembro de 2024	2.634
(+) Novos contratos de arrendamento e remensurações	12.960
(+) Provisão de juros	326
(-) Amortizações	(2.156)
Em 31 de dezembro de 2025	13.764

O quadro a seguir apresenta o escalonamento dos saldos:

		Controladora e Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024
Valor nominal do passivo de arrendamento		14.353	3.558
2026		2.899	739
2027		2.899	739
2028		2.899	739
2029 em diante		5.656	1.341
Ajustado a valor presente		(589)	(924)
2026		(249)	(262)
2027		(194)	(194)
2028		(110)	(110)
2029 em diante		(36)	(358)
Passivo de arrendamento, líquido		13.764	2.634
Circulante		2.670	429
Não circulante		11.094	2.205

Como divulgação espontânea, a Companhia apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal. A tabela a seguir ilustra esta projeção:

		Consolidado			
Fluxo de pagamentos futuros	2026	2027	2028	2029 em diante	
Fluxo de desembolso sem ajuste a valor presente	2.899	2.899	2.899	5.656	
Cenário com inflação	146	126	116	226	
Taxa de inflação considerada - Fonte Copom	5,04%	4,33%	4,00%	4,00%	

15 Provisões para contingências

A Companhia é parte envolvida em determinados assuntos legais decorrentes do curso normal de seus negócios, que incluem processos trabalhistas, cíveis e tributários.

A Companhia classifica o risco de perda dos processos legais como provável, possível ou remoto e registra provisões para perdas classificadas como provável, conforme determinado pela Administração da Companhia, com base na análise de seus assessores jurídicos, as quais refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas. Os passivos judiciais classificados como de perda possível são divulgados com base em valores razoavelmente estimados.

A Administração da Companhia acredita que, com base nos elementos existentes na data base destas demonstrações financeiras, a provisão para riscos de contingências, são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir:

15.1 Processos com risco de perda provável

A Companhia responde por processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributário, perante diferentes tribunais. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais e outras evidências, constituiu provisão para aquelas demandas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

Está apresentado a seguir quadro sumário das contingências prováveis:

Processos com risco de perda provável

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Cíveis	-	304
Trabalhistas	4.880	9.084
Tributários	16.428	24.781
	21.308	34.169

Está apresentado a seguir a movimentação das contingências prováveis:

	Controladora e consolidado			
	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total
Em 31 de dezembro de 2023	33.384	8.703	669	42.756
(+) Remensuração de processos	(108)	893	-	785
(+) Novos processos	-	1.731	1.078	2.809
(-) Reversões	(2.710)	(2.243)	(80)	(5.033)
(-) Pagamentos	-	-	(1.363)	(1.363)
(-) Amortização de passivo contingente	(5.785)	-	-	(5.785)
Em 31 de dezembro de 2024	24.781	9.084	304	34.169

	Controladora e consolidado			
	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total
Em 31 de dezembro de 2024	24.781	9.084	304	34.169
(+) Remensuração de processos	(843)	823	-	(20)
(+) Novos processos	-	1.274	-	1.274
(-) Reversões	(1.725)	(5.707)	-	(7.432)
(-) Pagamentos	-	(594)	(304)	(898)
(-) Amortização de passivo contingente	(5.785)	-	-	(5.785)
Em 31 de dezembro de 2025	16.428	4.880	-	21.308

15.2 Processos com risco de perda possível

Os valores em risco dos processos cujos desfechos são considerados possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia e que são individualmente não relevantes, podem ser assim resumidos:

Processos com risco de perda possível	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Cíveis	6.816	4.905
Trabalhistas (a)	24.121	26.897
Tributários (b)	95.473	87.966
	126.410	119.768

- a) Englobam processos trabalhistas de natureza relacionadas a horas extras, verbas adicionais, indenizações, verbas rescisórias e outras; e
b) Englobam disputas judiciais pulverizadas diversas como: disputas tributárias das esferas municipal, estadual e federal, impostos sobre propriedades e contribuições previdenciárias.

15.3 Depósitos judiciais

Os valores depositados judicialmente pela Companhia correspondem a instrumentos legais que buscam garantir o pagamento de obrigações financeiras dentro de processos judiciais. Os valores a seguir estão apresentados por natureza:

	31/12/2025	31/12/2024
Contingências trabalhistas	2.880	2.722
Contingências tributárias	4.439	4.439
	7.319	7.161

15.4 Ativos contingentes

A Companhia está discutindo judicialmente o ressarcimento de tributos e contribuições bem como é parte em processos cíveis, nos quais possuem direitos ou expectativas de direitos a receber. Estes processos são classificados, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos, segundo suas possibilidades de ganho como provável, possível ou remoto. Como se trata de ativos contingentes, os valores a seguir não estão registrados nas demonstrações financeiras.

O quadro a seguir apresenta os principais processos ativos da Companhia considerados como sendo de expectativa de ganho provável:

Controladora e Consolidado		
	31/12/2025	31/12/2024
Tributários	53.348	64.652
SELIC - Não incidência de IRPJ/CSLL (repetição indébito)	50.185	44.640
ICMS -Repetição do crédito acumulado de Igarassú	-	7.593
Outros tributários - Valores inferiores a R\$ 10 milhões	3.163	11.543
Cíveis	2.462	2.412
Recuperação judicial	200	194
Outros cíveis - Valores inferiores a R\$ 10 milhões	2.262	2.218
	55.810	67.064

16 Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e totalmente integralizado da Companhia é de R\$ 50.107 (R\$ 49.000 em 31 de dezembro de 2024) dividido em 31.192.316 ações ordinárias com valor nominal de R\$ 1,61 (um real e sessenta e um centavos) cada, totalmente subscrito e integralizado. A composição das ações é apresentada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Dofra Participações Ltda.	50.107	49.000
	50.107	49.000

(a) Aumento de capital devido a incorporação do saldo de Reserva e Incentivos Fiscais, conforme movimentação demonstrada da Demonstração de Mutação do Patrimônio Líquido.

(b) Remuneração dos sócios**Distribuição de dividendos**

A distribuição de lucros é proporcional aos investimentos feitos pelos sócios, baseado nos resultados da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não foram deliberados e pagos dividendos.

Juros sobre capital próprio

Os juros sobre capital próprio são um tipo de provento pagos pela Companhia aos seus sócios como alternativa a distribuição de lucros.

Considerado como um benefício, devido a Companhia estar enquadrada no lucro real, a Administração pratica o previsto no artigo 355 do Decreto 9.580/18 do Regulamento do Imposto de Renda.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não foram deliberados e pagos juros sobre o capital próprio.

(c) Resultado por ação**Resultado básico e diluído por ação**

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos cotistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício, excluindo as ações compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui potencial instrumento diluidor nos exercícios acima, desta forma o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação.

	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo atribuído aos acionistas	(31.911)	(22.510)
Quantidade de ações (em milhares) - média ponderada	31.192	31.192
Resultado básico e diluído por ação - Em reais	(1,02)	(0,72)

17 Receita operacional líquida

A conciliação entre a receita bruta de vendas e serviços e a receita líquida de serviços é apresentada a seguir, por segmento de negócio:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta de vendas	2.371.234	2.191.287
(-) Devoluções e cancelamentos	(47.840)	(9.624)
(-) Impostos sobre vendas	(431.249)	(410.426)
(-) Impostos sobre serviços	-	(12)
	1.892.145	1.771.225

18 Custos e despesas por natureza

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando a classificação das suas despesas e custos com base em sua função. Abaixo segue a conciliação para a apresentação de acordo com sua natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Custos dos produtos vendidos	(1.672.660)	(1.545.876)	(1.672.660)	(1.545.888)
Matérias-primas e materiais de consumo	(1.493.766)	(1.364.338)	(1.493.766)	(1.364.338)
Gastos com pessoal	(82.955)	(74.131)	(82.955)	(74.142)
Serviços de terceiros	(7.399)	(8.884)	(7.399)	(8.884)
Depreciação e amortização	(39.999)	(44.426)	(39.999)	(44.426)
Operação e manutenção	(37.429)	(37.566)	(37.429)	(37.566)
Aluguéis	(1.610)	(1.010)	(1.610)	(1.010)
Descarte de resíduos	(2.377)	(1.919)	(2.377)	(1.919)
Gastos com importação/exportação	(8.983)	(9.485)	(8.983)	(9.485)
Perda por redução ao valor recuperável dos estoques	3.284	(3.770)	3.284	(8.250)
Outros custos	(1.426)	(347)	(1.426)	(348)
Despesas gerais e administrativas, comerciais e outras	(97.236)	(145.497)	(97.236)	(145.793)
Gastos com pessoal	(29.247)	(28.508)	(29.247)	(28.508)
Gastos comerciais	(13.033)	(7.703)	(13.033)	(7.703)
Serviços de terceiros	(14.818)	(15.128)	(14.818)	(15.170)
Depreciação e amortização	(5.123)	(4.233)	(5.123)	(4.233)
Amortização de mais valia	(11.980)	(11.980)	(11.980)	(11.980)
Fretes e carretos	(42.853)	(44.260)	(42.853)	(44.260)
Aluguéis	(953)	(277)	(953)	(277)
Provisões para contingências	6.178	2.694	6.178	2.694
Operação e manutenção	(1.299)	(862)	(1.299)	(862)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	1.392	(1.760)	1.392	1.105
Benefício fiscal – REIQ (a)	9.880	8.868	9.880	8.868
Benefício fiscal – Desenvolve (b)	5.591	5.661	5.591	5.661
Alienação de precatórios e reversões (c)	-	17.258	-	17.258
Provisão impairment (Maleico) (d)	9.650	-	9.650	-
Reversão impairment (Álcoois) (d)	(18.963)	-	(18.963)	-
Outras receitas (despesas), líquidas (e)	8.342	(65.267)	8.342	(66.031)
Total	(1.769.896)	(1.691.373)	(1.769.896)	(1.691.681)

- (a) A Companhia aderiu em 2024 ao Regime Especial da Indústria Química ("REIQ") que prevê créditos de PIS/COFINS sobre aquisição de determinadas matérias-primas;
- (b) Maiores detalhes dos benefícios estão descritos em Nota explicativa nº 2.20 - Subvenções governamentais / Benefícios fiscais; e
- (c) Referem-se principalmente a vendas de créditos tributários da esfera estadual que a Elekeiroz realizou em 2024 no montante de R\$ 16.074 e outras alienações;
- (d) Durante o exercício de 2025 a Administração realizou teste do valor recuperável do ativo imobilizado identificando uma necessidade de estorno integral dos saldos históricos reconhecidos da unidade de Álcoois no montante de R\$ 18.963 e constituição na unidade de Maleico no montante de R\$ 9.650. Maiores detalhes estão descritos em Nota explicativa nº 9 – Imobilizado; e
- (e) Foram registrados em 2024 como principais acontecimentos na Elekeiroz na rubrica de outras receitas os montantes de R\$ 32.020 referentes a acordos com antigos controladores e R\$ 1.065 de habilitação de créditos tributários federais. Também foi reconhecida despesa no montante de R\$ 4.532 referente a baixa da participação societária na Nexoleum. Foram reconhecidos em 2025 na rubrica de outras receitas os montantes de R\$ 1.057 referentes a acordos com antigos controladores e R\$ 4.867 de habilitação de créditos tributários federais. Também foi reconhecida receita referente a alienação na participação societária da Cetrel S.A. no montante de R\$ 8.151.

19 Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita financeira	10.266	16.380	10.266	16.469
Rendimentos de aplicações financeiras	5.203	10.709	5.203	10.709
Descontos obtidos	1.161	362	1.161	362
Atualização monetária ativa	3.062	4.675	3.062	4.763
Juros de contas a receber	307	186	307	186
Outras receitas financeiras	533	448	533	449
Despesa financeira	(167.507)	(128.856)	(167.507)	(128.857)
Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	(143.544)	(110.619)	(143.544)	(110.619)
Custos de transação de empréstimos, financiamentos e debêntures	(3.148)	(3.018)	(3.148)	(3.018)
Cessão de crédito de clientes	(12.995)	(11.417)	(12.995)	(11.417)
Descontos concedidos	(99)	(7)	(99)	(7)
Atualização monetária passiva	(3.567)	(577)	(3.567)	(577)
Despesas bancárias	(1.891)	(1.898)	(1.891)	(1.899)
Perdas com derivativos	(1.377)	-	(1.377)	-
Outras despesas financeiras	(886)	(1.320)	(887)	(1.320)
Variação cambial	(7.797)	9.762	(7.796)	(2.115)
Variação cambial ativa	3.389	14.848	3.389	14.848
Variação cambial passiva	(11.186)	(5.086)	(11.185)	(5.086)
Resultado financeiro, líquido	(165.038)	(102.714)	(165.038)	(102.714)

20 Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação da receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo fiscal	(110.895)	(75.605)	(110.895)	(75.605)
Imposto de renda e contribuição social correntes				
Imposto de renda à alíquota de 15%	-	-	-	-
Adicional de imposto de renda à alíquota de 10%	-	-	-	-
(-) Incentivos fiscais de redução e isenção	-	-	-	-
Contribuição social à alíquota de 9%	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social da Controladora pelo lucro presumido	-	-	-	-
Total imposto de renda e contribuição social correntes (a)	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos				
Imposto de renda à alíquota de 25%	7.035	423	7.035	423
Contribuição social à alíquota de 9%	2.533	149	2.533	149
Total imposto de renda e contribuição social diferidos	9.568	572	9.568	572
Conciliação da base ajustada de imposto de renda e contribuição social:				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social (b)	(42.789)	(23.082)	(42.789)	(23.082)
Total das adições e exclusões permanentes	7.456	2.022	7.456	2.022
(+) Outras adições permanentes	16.709	7.410	16.709	7.410
(-) Outras exclusões permanentes	(9.252)	(5.388)	(9.252)	(5.388)
Adições e exclusões temporárias	(75.562)	36.343	(75.562)	36.343
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social - "Base ajustada"	(110.895)	(75.605)	(110.895)	(75.605)
<i>Alíquota efetiva - (a) / (b)</i>	0%	0%	0%	0%

b) Movimentação dos impostos diferidos ativo e passivo

	Saldo inicial 31/12/2023	Constituição	Reversão	Saldo final 31/12/2024
Ativos de impostos diferidos				
Prejuízos fiscais e bases negativas	51.133	19.208	-	70.341
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	1.392	2.202	(1.517)	2.077
Provisão para contingências	5.564	953	(1.745)	4.772
Impairment ativo imobilizado e intangível	13.375	-	(3.588)	9.787
Habilitação crédito tributário - precatório	1.812	-	-	1.812
PROVISÕES DIVERSAS				
Provisões diversas	6.605	5.235	(3.353)	8.487
Ajuste a valor presente (AVP)	42	-	-	42
Total de ativos de impostos diferidos	79.923	27.598	(10.203)	97.318
Passivos de impostos diferidos				
Provisões diversas	(1.216)	(2.876)	1.352	(2.740)
Créditos tributários	(3.752)	-	-	(3.752)
Amortização fiscal do ágio	(9.013)	(15.451)	-	(24.464)
Total de passivos de impostos diferidos	(13.981)	(18.327)	1.352	(30.956)
Total de imposto diferido líquido	65.942	9.271	(8.851)	66.362
	Saldo inicial 31/12/2024	Constituição(i)	Reversão(i)	Saldo final 31/12/2025
Ativos de impostos diferidos				
Prejuízos fiscais e bases negativas	70.341	36.782	-	107.123
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	2.077	901	(1.374)	1.604
Provisão para contingências	4.772	-	(2.016)	2.756
Impairment ativo imobilizado e intangível	9.787	3.281	(9.787)	3.281
Habilitação crédito tributário - precatório	1.812	-	-	1.812
PROVISÕES DIVERSAS				
Provisões diversas	8.487	6.216	(8.984)	5.719
Ajuste a valor presente (AVP)	42	-	-	42
Total de ativos de impostos diferidos	97.318	47.180	(22.161)	122.337
Passivos de impostos diferidos				
Provisões diversas	(2.740)	(1)	-	(2.741)
Créditos tributários	(3.752)	(1)	-	(3.753)
Ágio alocado	(24.464)	(15.450)	-	(39.914)
Total de passivos de impostos diferidos	(30.956)	(15.452)	-	(46.408)
Total de imposto diferido líquido (i)	66.362	31.728	(22.161)	75.929

(i) O saldo líquido da movimentação do imposto diferido (constituição menos reversão) no exercício de 2025 engloba a baixa do diferido sobre o valor justo da Cetrel S.A.. Mais informações na nota explicativa 11.

A Companhia estima realizar o imposto de renda e contribuição social diferido em prazo de até 5 (cinco) anos.

A Administração entende que a presente estimativa é consistente com seu plano de negócio, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos. A seguir, demonstramos a expectativa de realização dos impostos diferidos em 31 de dezembro de 2025:

Ano	Total
2026	18.761
2027	29.169
2028	30.551
2029	34.001
2027	9.855
Total de ativos de impostos diferidos	122.337

A Companhia entende que a presente estimativa é consistente com seu plano de negócio, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

21 Gestão de risco financeiro

A Companhia pode estar exposto aos seguintes riscos de acordo com a sua atividade:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Gestão de capital.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia aos riscos mencionados, os objetivos da Companhia, políticas para seu gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital da Companhia.

I) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes nacionais e estrangeiros, incluindo as contas a receber de clientes em aberto. O risco de crédito nas contas a receber é administrado por um Comitê Operacional de Crédito, composto pela Gerência e Diretoria de Finanças e Diretoria Comercial.

As vendas da Companhia apresentam baixa concentração, não havendo clientes representando mais de 15% do faturamento líquido.

A Companhia possui uma política de crédito que estabelece limites e prazos, dentro dos padrões de liquidez, que são determinados por diversos instrumentos de rating. Além da diversificação no mercado interno, uma parcela de produtos é destinada ao mercado externo, seguindo o mesmo procedimento de avaliação de risco.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha e não ter investimentos concentrados em um única Companhia econômico.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera perdas significativas decorrentes de inadimplência dessas contrapartes, além das perdas já provisionadas nestas demonstrações individuais e consolidadas.

II) Risco de liquidez

As decisões de investimentos são tomadas a luz dos impactos dos mesmos nos fluxos de caixa de curto prazo (até 12 meses). A diretriz da Companhia é trabalhar com premissas de saldos mínimos de caixa, que variam conforme o cronograma de investimentos e de cobertura financeira das obrigações, mitigando assim o risco liquidez. Para financiar a expansão de suas operações, a Companhia busca estruturar junto ao mercado financeiro operações de financiamento de longo prazo, de modo a alinhá-la ao fluxo de caixa esperado.

A seguir estão os vencimentos contratuais dos passivos financeiros incluindo pagamento de juros estimados e excluindo, se houver, o impacto da negociação de moedas pela posição líquida.

						Controladora e Consolidado	
			Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Inferior a um ano	01 a 02 anos	02 a 05 anos
Em 31 de dezembro de 2025							
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores			214.014	214.014	214.014	-	-
Contas a pagar - Partes relacionadas			91.359	91.359	91.359	-	-
Mútuos - Partes relacionadas			250.067	528.417	51.140	42.206	435.071
Empréstimos, financiamentos e debêntures			744.891	1.066.784	300.344	207.771	558.669
Passivo de arrendamento			13.764	14.353	2.899	2.899	8.555
Outros passivos			22.800	22.800			-
			1.336.895	1.937.727	659.756	252.876	1.002.295

			Controladora		Consolidado	
Em 31 de dezembro de 2024	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Inferior a um ano	01 a 02 anos	02 a 05 anos	
Passivos financeiros não derivativos						
Fornecedores	265.212	265.212	265.212	-	-	265.212
Contas a pagar - Partes relacionadas	201.836	201.836	201.836	-	-	201.836
Mútuos - Partes relacionadas	55.511	104.291	5.511	5.511	93.269	55.511
Empréstimos, financiamentos e debêntures	766.039	1.114.976	194.881	204.031	716.064	766.039
Passivo de arrendamento	2.634	3.558	786	739	2.033	2.634
Outros passivos	14.518	14.518	4.976	9.541	-	14.518
	1.305.750	1.704.391	673.202	219.822	811.366	1.305.750

III) Risco de mercado

O Risco de Mercado é dividido em Risco Cambial, Risco de Taxa de Juros e Risco de Valor Justo.

a) Risco cambial

As transações de recebimentos e pagamentos realizadas em moeda estrangeira não são materiais, assim a exposição a este risco de forma direta é minimizada. A Companhia possui ativos e passivos sujeitos à variação de moeda estrangeira e que estão apresentados no quadro a seguir:

Operação	Variável de risco	Valor contábil	Consolidado		
			Cenário I (provável)	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
Clientes estrangeiros	Dólar americano (US\$)	25.879	28.031	34.992	42.047
Totalizador		25.879	28.031	34.992	42.047
Impacto no resultado antes dos impostos			2.152	9.113	16.168
31 de dezembro de 2025					
Indexador	Real		Cenário I Provável	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
Dólar americano (US\$) - Fechamento do exercício (31/12/2025)	5,50	-	-	-	-
Dólar americano (US\$) - Projetado Dezembro/2026		5,96	7,44	8,94	

Fonte: Dólar americano (Boletim Focus)

b) Instrumentos financeiros derivativos

				Consolidado			
Características das operações				Saldo acumulado			
Modalidade/Instituição financeira	Exposição do principal	Proteção	Vencimento da operação	Valor contratado	Valor justo	Variação do valor justo reconhecido no resultado financeiro no exercício	Ativo / (Passivo) em 31 de dezembro de 2025
SWAP ABC	REAL	PRÉ X CDI	15/01/2026	21.061	21.333	(272)	(272)
SWAP ABC	REAL	PRÉ X CDI	15/01/2026	21.061	21.333	(272)	(272)
				42.122	42.666	(545)	(545)

c) Risco de taxa de juros

	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros	7.055	165.127	7.055	165.127
Títulos e valores mobiliários (i)	7.055	165.127	7.055	165.127
Passivos financeiros	(1.008.722)	(824.184)	(1.008.722)	(824.184)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(744.891)	(766.039)	(744.891)	(766.039)
Passivo de arrendamento	(13.764)	(2.634)	(13.764)	(2.634)
Mútuos com partes relacionadas	(250.067)	(55.511)	(250.067)	(55.511)
Risco de taxa de juros, líquido	(1.001.667)	(659.057)	(1.001.667)	(659.057)

Análise de sensibilidade de taxa de juros

Conforme disposto no CPC 40 / IFRS 7 que aborda sobre os Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, a Companhia deve divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para os riscos de mercado considerados relevantes pela administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia esteja exposto na data de encerramento de cada exercício, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

Ativos financeiros Ativos financeiros (exposição por tipo de risco)

As aplicações financeiras estão concentradas em investimentos pós-fixados atrelados à variação do CDI.

Passivos financeiros (exposição por tipo de risco)

Para cálculo da análise de sensibilidade a projeção anual das variáveis de risco foi feita com base na projeção de taxa de mercado, disponibilizada pelo Banco Central do Brasil por meio do relatório *focus*. O cenário “provável” é o cenário trabalhado pela Administração projetado para 31 de dezembro de 2026 e pode ser entendido como saldo estimado das rubricas ao final do exercício atual. Nos cenários II e III foram sensibilizadas as respectivas variáveis de risco em 25% e 50%, conforme julgamento definido pela Administração.

As tabelas a seguir demonstram a análise de sensibilidade da administração da Companhia e o efeito caixa das operações em aberto em 31 de dezembro de 2025, assim como os valores dos indexadores utilizados nas projeções.

Controladora e Consolidado					
Operação	Variável de risco	Valor contábil	Cenário I (provável)	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
Caixa e equivalente de caixa	CDI	7.055	7.912	8.126	8.341
Passivo de arrendamento	IGPM	(13.764)	(14.308)	(14.144)	(14.580)
Mútuos - Partes relacionadas	SELIC	(250.067)	(280.700)	(288.359)	(296.017)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(685.999)	(769.348)	(790.185)	(811.022)
Totalizador		(942.775)	(1.056.444)	(1.084.861)	(1.113.278)
Impacto no resultado antes dos impostos			(13.669)	(142.086)	(170.503)
31 de dezembro de 2025					
Indexador			Cenário I Provável	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
CDI			12,15%	15,19%	18,22%
SELIC			12,25%	15,31%	18,37%
IPCA			4,06%	5,07%	6,09%
IGPM			3,95%	4,94%	5,92%

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para cada exercício. As datas bases utilizadas foram de 31 de dezembro de 2025, projetando os índices até o próximo exercício e verificando a sensibilidade destes em cada cenário no exercício atual.

b) Risco de preço dos produtos e insumos

A Companhia enfrenta concorrência de produtores brasileiros e internacionais e os preços para a maioria dos seus produtos são fixados com base nos mercados internacionais. O acirramento dessa concorrência, bem como os desequilíbrios entre oferta e demanda, pode obrigar a Companhia a baixar preços, prejudicando os resultados.

c) Classificação dos instrumentos financeiros e determinação do valor justo

A administração considera que ativos e passivos financeiros apresentam valor contábil próximo ao valor justo.

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Instrumento financeiro	Classificação	Hierarquia do valor justo	Controladora			
			31/12/2025		31/12/2024	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	-	7.562	7.562	165.217	165.217
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	176.912	176.912	134.956	134.956
Contas a receber - Partes relacionadas	Custo amortizado	-	6.218	6.218	9.454	9.454
Outros ativos	Custo amortizado	-	34.649	34.649	13.147	13.147
Investimentos (Cetrel S.A.)	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Nível 2	-	-	1.664	1.607
Fornecedores	Custo amortizado	-	(214.014)	(214.014)	(265.212)	(265.212)
Mútuos - Partes relacionadas	Custo amortizado	-	(250.067)	(250.067)	(55.511)	(55.511)
Contas a pagar - Partes relacionadas	Custo amortizado	-	(91.359)	(91.359)	(201.836)	(201.836)
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	-	(13.764)	(13.764)	(2.634)	(2.634)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Custo amortizado	-	(744.891)	(879.796)	(766.039)	(766.039)
Outros passivos	Custo amortizado	-	(22.800)	(22.800)	(14.518)	(14.518)
			(1.111.554)	(1.504.208)	(981.369)	(981.369)

Instrumento financeiro	Classificação	Hierarquia do valor justo	Consolidado			
			31/12/2025		31/12/2024	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	-	7.562	7.562	165.217	165.217
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	176.912	176.912	134.956	134.956
Contas a receber - Partes relacionadas	Custo amortizado	-	6.218	6.218	9.454	9.454
Outros ativos	Custo amortizado	-	34.649	34.649	13.147	13.147
Investimentos (Cetrel S.A.)	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Nível 2	-	-	1.607	1.607
Fornecedores	Custo amortizado	-	(214.014)	(214.014)	(265.212)	(265.212)
Mútuos - Partes relacionadas	Custo amortizado	-	(250.067)	(250.067)	(55.511)	(55.511)
Contas a pagar - Partes relacionadas	Custo amortizado	-	(91.359)	(91.359)	(201.836)	(201.836)
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	-	(13.764)	(13.764)	(2.634)	(2.634)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Custo amortizado	-	(744.891)	(1.153.811)	(766.039)	(766.039)
Outros passivos	Custo amortizado	-	(22.800)	(22.800)	(14.518)	(14.518)
			(1.111.554)	(671.419)	(981.369)	(981.369)

Hierarquia de valor justo

A tabela anterior ilustrou os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços quotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

- Nível 2 - Inputs, exceto preços quotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não possuía instrumentos financeiros de níveis 1 e 3, passivos financeiros mensurados ao valor justo, com exceção do investimento da Elekeiroz na Cetrel S/A que é mensurado a valor justo. Para os demais instrumentos financeiros, não houve movimentação entre os níveis 1,2 e 3.

22 Seguros (não auditado)

A Companhia tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2025, A Companhia apresentava as seguintes apólices de seguro contratadas com terceiros:

Empresa	Modalidade	Vigência		Moeda	Limites máximos de indenização
		Início	Término		
Elekeiroz	Riscos operacionais	19/09/2025	19/09/2026	BRL	178.000.000
Elekeiroz	Responsabilidade civil ("D&O")	19/09/2025	19/09/2026	BRL	70.000.000
Elekeiroz	Responsabilidade civil de terceiros	19/12/2025	19/12/2026	BRL	15.000.000
Elekeiroz	Veículos	05/02/2025	05/02/2026	BRL	2.500.000
Elekeiroz	Veículos pesados	13/11/2025	13/11/2026	BRL	20.000.000
Elekeiroz	Garantia judicial	02/10/2018	05/12/2030	BRL	38.907.314
Elekeiroz	Garantia financeira	01/01/2026	31/01/2027	BRL	3.135.513
Elekeiroz	Riscos diversos	17/06/2025	17/06/2026	BRL	775.216
Elekeiroz	Transporte internacional - Importação	31/07/2025	31/07/2026	USD	4.000.000
Elekeiroz	Transporte internacional - Exportação	31/07/2025	31/07/2026	USD	4.000.000
Elekeiroz	Crédito (exportação)	31/12/2024	31/12/2026	USD	753.000

23 Eventos subsequentes

Até a data de aprovação de emissão destas demonstrações financeiras, não existiram eventos subsequentes a serem divulgados.
